



Universidade de Brasília – UnB
Instituto de Ciências Humanas – ICH
Departamento de Serviço Social – SER
Trabalho de Conclusão de Curso

**PRIVAÇÃO DAS ÁREAS VERDES E RACISMO SOCIOAMBIENTAL
NO CONTEXTO DA SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL NO DISTRITO FEDERAL:
desafios enfrentados pela população periférica das cidades-satélites**

Lorena Morgana Araújo dos Santos

Brasília, DF

2024

Professora Doutora Márcia Abrahão Moura
Reitora da Universidade de Brasília

Professor Doutor Enrique Huelva Unternbäumen
Vice-Reitor da Universidade de Brasília

Professor Doutor Diêgo Madureira de Oliveira
Decano de Ensino de Graduação

Professora Doutora Neuma Brilhante Rodrigues
Diretora do Instituto de Ciências Humanas

Professor Doutor Agnaldo Cuoco Portugal
Vice-Diretor do Instituto de Ciências Humanas

Professora Mestre Patrícia Cristina da Silva Pinheiro
Chefe do Departamento de Serviço Social

Professor Doutor Cristiano Guedes de Souza
Vice-Chefe do Departamento de Serviço Social

Professora Doutora Marlene de Jesus Silva Santos
Coordenadora de Graduação do Departamento de Serviço Social – Diurno

Professor Doutor Reginaldo Ghiraldelli
Coordenador de Graduação do Departamento de Serviço Social – Noturno

LORENA MORGANA ARAÚJO DOS SANTOS

**PRIVAÇÃO DAS ÁREAS VERDES E RACISMO SOCIOAMBIENTAL
NO CONTEXTO DA SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL NO DISTRITO FEDERAL:
desafios enfrentados pela população periférica das cidades-satélites**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Serviço Social do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientador: Prof. Me. Leonardo Dias Alves.

Brasília, DF

2024

Universidade de Brasília – UnB
Instituto de Ciências Humanas – ICH
Departamento de Serviço Social – SER
Trabalho de Conclusão de Curso

LORENA MORGANA ARAÚJO DOS SANTOS

**PRIVAÇÃO DAS ÁREAS VERDES E RACISMO SOCIOAMBIENTAL
NO CONTEXTO DA SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL NO DISTRITO FEDERAL:
desafios enfrentados pela população periférica das cidades-satélites**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Serviço Social do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Banca Examinadora:

Prof. Me. Leonardo Dias Alves – Orientador
SER-ICH-UnB

Prof. Me. Erci Ribeiro – Membro Interno
SER-IH-UnB

Prof. _____. Larissa Brenda Cordeiro de Souza – Membro Externo

Prof. Dr. _____ – Membro Suplente
SER-ICH-UnB

Brasília, DF, 30 de Setembro de 2024.

Ao meu pai, Ubiratan (*in memoriam*). Você se foi, mas seu amor por mim permaneceu. O senhor sempre torceu por mim e espero que se orgulhe. Amo você, pai!

AGRADECIMENTOS

Ao meu Pai, meu Abá, meu Senhor e Salvador, Cristo, que até aqui me sustentou em suas mãos. Sem a sua misericórdia, jamais teria chegado neste presente momento. Regozijo na Tua benignidade!

À minha Mãe, por ter me dado a vida e por ter me ensinado o caminho direito. Obrigada pelos seus sacrifícios, pois, sem eles, eu não estaria aqui. A senhora foi o motivo que me fez querer terminar esse ciclo. Eu agradeço e amo você!

À vó Maria, que, em sua coragem, saiu da Bahia e veio para Brasília em sua plena construção – uma mulher Guerreira e Pioneira. Sem sua bravura e força, nossa família jamais teria sido possível.

Ao meu companheiro, Arthur, que me ajudou e me apoiou, tanto nos bons momentos, quantos nos maus momentos; me acompanhou, me auxiliou e me deu toda a assistência que eu precisava para poder me formar; e, me alegrou em dias tristes e fez meus dias felizes mais coloridos. Obrigada por ter me dado motivos para continuar!

À vó Lurdes, que mesmo não sendo minha vó de sangue, cuidou de mim como sua própria neta e me deu suporte durante toda minha vida e durante minha graduação. Obrigada, vó! A senhora foi a vó que o Pai me deu!

Ao meu orientador, prof. Dr. Leonardo Dias Alves, que foi meu padrinho de curso assim que entrei na Universidade de Brasília (UnB) e foi, não somente meu orientador, mas também um auxiliador e conselheiro. Sem suas orientações, conselhos e auxílios, meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) jamais teria sido possível! Obrigada, Leo!

Sou grata por todos vocês! Agradeço por fazerem parte de minha história e de minha graduação!

*"PERGUNTE, PORÉM, AOS ANIMAIS,
E ELES O ENSINARÃO,
OU ÀS AVES DO CÉU, E ELAS CONTARÃO A VOCÊ;*

*FALE COM A TERRA, E ELA O INSTRUIRÁ,
DEIXE QUE OS PEIXES DO MAR
O INFORMEM."*

JÓ 12: 7-8

RESUMO

O objetivo geral deste estudo foi analisar a formação das periferias urbanas brasileiras a partir do processo de colonização, escravismo e racismo estrutural, com foco na construção de Brasília e suas cidades-satélites. A justificativa baseou-se na necessidade de compreender como o racismo socioambiental e as políticas públicas excludentes contribuíram para a segregação socioespacial e marginalização das populações negras e periféricas. A metodologia incluiu uma revisão bibliográfica de estudos históricos e sociológicos sobre a formação urbana e as dinâmicas de exclusão social, aliada à análise de políticas habitacionais e suas consequências para a estrutura das periferias. Na discussão, foi evidenciado que as práticas de remoção e realocação de trabalhadores migrantes para as periferias reforçaram desigualdades sociais e raciais, criando um cenário de injustiça socioambiental. A conclusão indicou que o racismo estrutural está enraizado nas políticas de desenvolvimento urbano, perpetuando a segregação socioespacial. Estudos futuros podem explorar formas de integração urbana e justiça ambiental nas periferias.

Palavras-chave: Racismo socioambiental. Segregação espacial. Cidades-satélites.

ABSTRACT

The general objective of this study was to analyze the formation of Brazilian urban peripheries from the process of colonization, slavery and structural racism, focusing on the construction of Brasília and its satellite cities. The justification was based on the need to understand how socio-environmental racism and exclusionary public policies contributed to the socio-spatial segregation and marginalization of black and peripheral populations. The methodology included a bibliographical review of historical and sociological studies on urban formation and the dynamics of social exclusion, combined with the analysis of housing policies and their consequences for the structure of peripheral areas. In the discussion, it was highlighted that the practices of removing and relocating migrant workers to the outskirts reinforced social and racial inequalities, creating a scenario of socio-environmental injustice. The conclusion indicated that structural racism is rooted in urban development policies, perpetuating socio-spatial segregation. Future studies can explore forms of urban integration and environmental justice in the peripheries.

Keywords: Socio-environmental racism. Spatial segregation. Satellite cities.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

art.	- artigo
CF	- Constituição Federal
CNES	- Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde
ICH	- Instituto de Ciências Humanas
Me.	- Mestre
nº	- número
NOVACAP	- Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil
PDAF	- Programa de Descentralização Administrativa e Financeira
prof.	- professor
RA	- Região Administrativa
RIDE-DF	- Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno
SER	- Departamento de Serviço Social
TCC	- Trabalho de Conclusão de Curso
UnB	- Universidade de Brasília

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 METODOLOGIA.....	13
3 DESENVOLVIMENTO.....	14
3.1 A FORMAÇÃO SOCIO-HISTÓRICA BRASILEIRA E A FORMAÇÃO DAS PERIFERIAS: APONTAMENTOS PARA UMA APROXIMAÇÃO DO RACISMO SOCIOAMBIENTAL.....	14
3.2.1 A formação social brasileira a partir da colonização e do escravismo: a dialética da Casa Grande e da Senzala.....	14
3.2 A FORMAÇÃO DA PERIFERIA PÓS-ABOLIÇÃO DO REGIME ESCRAVISTA: HABITAÇÃO EM QUESTÃO	24
3.3 A CONSTRUÇÃO DA NOVA CAPITAL DO BRASIL: DESIGUALDADES PRESENTES NA PROMESSA DE CAPITAL UNIDA	31
3.3.1 A formação do Distrito Federal e as desigualdades socioespaciais	31
3.3.2 A criação das cidades-satélites do Distrito Federal como uma expansão da luta de classes.....	35
3.3.3 A cidade-satélite e o racismo: a aproximação do racismo socioambiental na construção das cidades destinadas para os trabalhadores	38
3.4 DESIGUALDADE ESPACIAL: A URBANIZAÇÃO PRIVILEGIADA DO CENTRO VERSUS A NEGLIGÊNCIA SOCIOAMBIENTAL NAS CIDADES-SATÉLITES.....	39
3.4.1 Urbanização e paisagismo: contrastes entre o centro de Brasília e as periferias da cidades-satélites	39
3.4.2 A criminalização dos espaços verdes em território periférico por meio da precarização, do medo, do abandono e do temor	43
3.4.3 A autonomia das cidades-satélites.....	44
3.4.4 A Região Administrativa	45
4 CONCLUSÃO.....	47
REFERÊNCIAS	48

1 INTRODUÇÃO

A falta de áreas verdes e o racismo socioambiental no contexto da segregação socioespacial no Distrito Federal expõem um cenário de desigualdade que afeta de forma mais acentuada as populações das cidades-satélites. A segregação socioespacial, que envolve a divisão de grupos sociais em diferentes regiões urbanas, impacta o acesso a serviços públicos, infraestrutura, e, particularmente, a áreas verdes. Estudos mostram que a ausência de áreas verdes nas regiões periféricas está diretamente associada à exclusão social e à marginalização das comunidades sujeitas à discriminação racial (Araújo Filho *et al.*, 2024; Robaina; López; Cáceres, 2023).

As áreas verdes desempenham um papel fundamental na qualidade de vida nas cidades, oferecendo espaços de lazer, melhorando a saúde mental e contribuindo para a purificação do ar. Contudo, políticas urbanas tendem a favorecer o desenvolvimento de áreas centrais, resultando em uma distribuição desigual desses recursos (Carmona *et al.*, 2022; Duzsinski; Carmona, 2024). Esse quadro é agravado pelo racismo ambiental, que se caracteriza pela distribuição desigual dos efeitos socioambientais negativos, prejudicando majoritariamente as comunidades racialmente discriminadas (Araújo Filho *et al.*, 2024; Gomes; Mello, 2022). O acesso restrito a áreas verdes e a serviços essenciais, como saúde e educação, perpetua ciclos de pobreza e exclusão social (Bastos Filho *et al.*, 2020; Guimarães, 2015).

Este estudo tem como foco investigar o impacto do racismo socioambiental na formação das periferias urbanas brasileiras, com destaque para as cidades-satélites de Brasília. O objetivo é compreender de que forma essa questão contribui para a exclusão social e a segregação espacial das populações racializadas e de baixa renda. A hipótese é que o racismo socioambiental, expresso pela precariedade na infraestrutura, ausência de áreas verdes e segregação geográfica, é um dos principais fatores que perpetua a marginalização dessas populações, reforçando desigualdades históricas.

O objetivo central da pesquisa é examinar o impacto do racismo socioambiental na exclusão social e na segregação espacial nas periferias de Brasília, enfatizando as disparidades socioeconômicas e a marginalização das populações racializadas. A pesquisa desdobra-se em três objetivos específicos: primeiramente, investigar o contexto histórico da formação das cidades-satélites de Brasília, destacando o papel do racismo estrutural e socioambiental nesse processo. Em segundo lugar, avaliar as condições de vida nessas periferias, considerando a infraestrutura urbana, o acesso a áreas verdes e os serviços públicos, estabelecendo

comparações com o Plano Piloto. Por fim, identificar as formas de organização e resistência das comunidades periféricas frente à exclusão socioambiental e à segregação espacial.

Este estudo se justifica pela necessidade de compreender como as desigualdades estruturais, historicamente enraizadas, continuam a moldar a vida de milhões de pessoas em áreas urbanas do Brasil, especialmente nas periferias de Brasília. A formação dessas cidades-satélites, marcada por remoções forçadas e marginalização, reflete um processo contínuo de segregação espacial e exclusão social, que afeta principalmente as populações racializadas e de baixa renda. A análise dessas dinâmicas é fundamental para propor políticas públicas que promovam a equidade social e a inclusão urbana, abordando as desigualdades que persistem no modelo de desenvolvimento urbano brasileiro. Assim, o estudo busca contribuir para o debate sobre justiça social e ambiental, enfatizando a importância de políticas mais inclusivas e um ambiente urbano mais equitativo.

2 METODOLOGIA

A metodologia adotada foi a qualitativa, utilizando abordagens históricas e sociológicas para explorar a formação das periferias urbanas e os impactos do racismo socioambiental. Inicialmente, será feita uma revisão bibliográfica que abordará as teorias relacionadas ao racismo estrutural, socioambiental e à formação das periferias, fundamentada em autores como Almeida (2019), Moura, Ferreira Júnior e Santos (2022), Fanon (1968; 2005) e Freyre (2003).

Além disso, serão conduzidos estudos de caso em cidades-satélites como Ceilândia e Taguatinga, para avaliar as condições de infraestrutura, o acesso a áreas verdes e as desigualdades socioespaciais. Entrevistas semiestruturadas com moradores e ativistas sociais dessas regiões serão realizadas para captar suas percepções sobre o racismo socioambiental e as formas de resistência comunitária. Por fim, a observação de campo permitirá registrar diretamente as condições de vida nas cidades-satélites, destacando as disparidades em relação ao Plano Piloto, especialmente em termos de infraestrutura, serviços públicos e práticas de resistência social.

Essa metodologia permitirá uma análise aprofundada sobre os efeitos do racismo socioambiental nas periferias de Brasília, fornecendo uma visão crítica das desigualdades urbanas e da exclusão social que ainda persistem.

3 DESENVOLVIMENTO

3.1 A FORMAÇÃO SOCIO-HISTÓRICA BRASILEIRA E A FORMAÇÃO DAS PERIFERIAS: APONTAMENTOS PARA UMA APROXIMAÇÃO DO RACISMO SOCIOAMBIENTAL

3.2.1 A formação social brasileira a partir da colonização e do escravismo: a dialética da Casa Grande e da Senzala

O racismo é uma construção social que se fundamenta na criação de hierarquias entre grupos raciais, estabelecendo uma ordem que privilegia uns em detrimento de outros. Essa hierarquização é perpetuada ao longo do tempo por meio de diversas práticas e estruturas sociais, resultando em desigualdades profundas e sistêmicas. Não se trata apenas de preconceitos individuais ou atitudes discriminatórias, mas de um fenômeno complexo que se manifesta em todas as esferas da vida social, incluindo políticas públicas, economia e cultura. No contexto brasileiro, o racismo estrutural é uma realidade marcante e persistente, moldando as experiências de vida de milhões de pessoas e influenciando a maneira como recursos e oportunidades são distribuídos na sociedade (Fanon, 2005).

O racismo estrutural como um fenômeno profundamente enraizado nas estruturas sociais, políticas e econômicas de uma sociedade. Ele não se limita a atitudes individuais, mas opera de maneira sistêmica, influenciando instituições e perpetuando desigualdades. Essa forma de racismo é mantida por normas, práticas e políticas que favorecem certos grupos raciais, enquanto desfavorecem outros. Para Almeida (2019), o racismo estrutural está integrado ao funcionamento da sociedade, sendo reforçado por aspectos como legislação, economia e cultura, sem depender de ações intencionais de indivíduos.

A história do Brasil está profundamente marcada pelo colonialismo e pela escravidão, que são raízes históricas do racismo estrutural no país. A escravidão de pessoas africanas e seus descendentes estabeleceu uma base para a discriminação racial que persiste até os dias de hoje. Mesmo após a abolição formal da escravidão, as estruturas sociais que foram construídas para privilegiar a elite branca não foram desmanteladas. Mesmo após a abolição formal da escravidão, as estruturas sociais que foram erguidas para manter os privilégios da elite branca não foram desmanteladas, as marcas profundas de quatro séculos de escravidão ainda se manifestam, demonstrando que a abolição legal, simbolizada pela Lei Áurea, não foi capaz de

erradicar as heranças escravocratas. Essas consequências perduram e continuam a moldar as desigualdades na sociedade brasileira (Moura; Ferreira Júnior; Santos, 2022).

Essas estruturas foram reforçadas e adaptadas para continuar a beneficiar os senhores de engenho¹, enquanto as populações negras e indígenas foram excluídas dos benefícios econômicos e das políticas públicas e sociais. Alves e Côrtes (2023) afirmam que o colonialismo e a escravidão contribuíram para o desenvolvimento de um racismo estrutural que resultou na exclusão social do povo negro em diversos contextos, incluindo o científico.

As políticas públicas e as práticas institucionais desempenham um papel crucial na perpetuação do racismo estrutural. As políticas de habitação, por exemplo, frequentemente resultaram em segregação racial e socioespacial e na marginalização da população negra. De acordo com Madeira (2020), as políticas públicas de igualdade racial no Brasil² têm enfrentado desafios significativos, refletindo a necessidade de uma abordagem mais eficaz para combater a desigualdade racial, especialmente nas áreas urbanas onde a segregação é mais evidente.

O Brasil contemporâneo ainda mantém enraizadas ideias e práticas racistas, demonstrando uma incapacidade persistente de assegurar direitos de forma equitativa. Existe uma percepção equivocada de que o racismo no país é brando, principalmente porque não houve um sistema formal de segregação como o apartheid. Quando o racismo é reconhecido, muitas vezes é tratado como um caso isolado, atribuído a problemas psicológicos, ou como uma questão ética de responsabilidade individual ou coletiva, minimizando sua profundidade e abrangência estrutural (Madeira, 2020). A influência dessas estruturas na formação do racismo atual é evidente na segregação espacial e social que ainda caracteriza muitas cidades brasileiras. A periferia, predominantemente habitada por negros e pardos, é frequentemente associada à pobreza e à violência, enquanto os espaços centrais, historicamente ligados à Casa Grande, são vistos como áreas de privilégio, isso apenas destaca que a democracia racial no Brasil é um mito, evidenciando que as desigualdades entre brancos e não-brancos se manifestam claramente no acesso à educação, no mercado de trabalho e nas condições de vida (Pinheiro *et al.*, 2023). Essa dinâmica reflete-se na dificuldade de acesso da população periférica a espaços de lazer, cultura e educação, perpetuando a desigualdade.

¹ O senhor de engenho administrava uma propriedade composta pela casa-grande, senzala e o espaço destinado à moenda, onde se processava o açúcar. Além disso, o canavial e o curral também integravam a estrutura do engenho (Silva, 2012).

² Estados e municípios criaram estruturas institucionais para enfrentar questões raciais, com destaque para Belo Horizonte, São Paulo e os governos estaduais de São Paulo e Rio de Janeiro. Essas ações consolidaram as políticas de igualdade racial como políticas de Estado (Ribeiro, 2014).

A falta de acesso a serviços essenciais como saúde e educação de qualidade, bem como a oportunidades econômicas, são outras formas pelas quais o racismo estrutural se manifesta. Segundo Pinheiro *et al.* (2023), um exemplo claro de racismo estrutural e institucional é a segregação residencial baseada em critérios raciais, que resulta na limitação de acesso a alimentos saudáveis para as comunidades afetadas. Essa dinâmica contribui para que bairros de menor nível socioeconômico, habitados majoritariamente por minorias raciais, sejam caracterizados por ambientes obesogênicos, onde a oferta de alimentos nutritivos é escassa e o acesso a opções saudáveis é restrito (Pinheiro *et al.*, 2023). Além disso, o sistema de justiça criminal no Brasil também reflete e reforça as desigualdades raciais, com pessoas negras sendo desproporcionalmente alvo de violência policial, encarceramento e outras formas de controle social.

A luta contra o racismo estrutural exige uma abordagem multifacetada que inclua a reforma das instituições e a promoção de políticas públicas inclusivas e equitativas. É necessário um compromisso contínuo com a descolonização do pensamento e das práticas, reconhecendo e confrontando os legados históricos de opressão e exclusão. Além disso, a educação é uma ferramenta poderosa na luta contra o racismo.

Ao ensinar sobre a história e a estrutura do racismo, bem como sobre as formas de resistência e luta por direitos, é possível fomentar uma consciência crítica e um compromisso com a mudança social. Segundo Paniagua *et al.* (2022), a escola desempenha um papel crucial no início de um processo de educação antirracista, promovendo a conscientização da comunidade escolar e disseminando esse conhecimento para toda a sociedade, através do resgate e valorização da história e cultura afro-brasileira.

[...] A escola desempenha um papel fundamental na promoção de uma educação antirracista, sendo essencial para iniciar um processo que envolva toda a comunidade escolar. A implementação de práticas pedagógicas que resgatem a história, cultura, valores e crenças dos negros e afrodescendentes é crucial para a construção de uma sociedade mais equitativa e consciente. A Lei 10.639/03, que torna obrigatória a inclusão da história e cultura afro-brasileira nos currículos escolares, é um marco importante nesse contexto, pois possibilita a reflexão e a discussão sobre a contribuição dos afrodescendentes na formação da cultura brasileira (Santos Júnior, 2023, p. 348).

O escravismo e o colonialismo são fenômenos históricos profundamente entrelaçados com a formação socioeconômica e cultural do Brasil. A escravidão no Brasil e o processo colonial brasileiro é uma das mais sombrias expressões do sistema de modo de produção em sua fase inicial, onde a violência e a escravidão se estabeleceram como pilares da dominação e exploração territorial.

A conquista do território brasileiro, que se deu a partir da invasão europeia, não foi simplesmente uma ocupação de terras, mas sim um processo sistemático de desestruturação das sociedades indígenas, que compreendia não apenas a apropriação física do espaço, mas também a aniquilação cultural e social desses povos.

Neste contexto, a soberania indígena foi completamente subjugada. Os colonizadores europeus, movidos por uma lógica capitalista de acumulação e exploração, não viam os povos originários como seres humanos detentores de direitos e soberania sobre suas terras e culturas. Pelo contrário, a visão eurocêntrica da época, amplamente difundida e legitimada pela Igreja Católica, questionava a própria humanidade dos indígenas, colocando em dúvida se eles possuíam alma. Este questionamento, que pode parecer absurdo aos olhos contemporâneos, era parte de um mecanismo ideológico utilizado pelos europeus para justificar o controle sobre os corpos indígenas, a escravidão e o genocídio que se seguiram.

A imposição da escravidão aos povos indígenas revela a dinâmica cruel das forças de produção naquele período. O sistema colonial exigia uma força de trabalho que fosse capaz de suprir as necessidades do nascente capitalismo europeu, que se baseava na extração e exportação de recursos naturais para os mercados internacionais.

Os indígenas, então, foram transformados em força de trabalho a ser explorada, sem qualquer consideração por sua autonomia ou humanidade. Essa mercantilização dos corpos indígenas estava intrinsecamente ligada ao processo de acumulação primitiva do capital, onde a exploração da mão de obra escrava era vista como um meio necessário para o enriquecimento das metrópoles europeias.

A violência caracterizou o processo colonial brasileiro não foi apenas física, mas também simbólica e cultural. Ao reduzir os indígenas à condição de objetos, os colonizadores negaram-lhes qualquer forma de soberania, seja territorial, política ou cultural. A escravidão indígena, portanto, não foi apenas uma imposição de trabalho forçado, mas um ato de genocídio cultural, onde o objetivo era não apenas explorar, mas também destruir as bases sociais e culturais desses povos, substituindo-as pelos valores e instituições europeias.

O processo de escravização dos povos indígenas no Brasil, embora implementado pelos colonizadores europeus, não alcançou os resultados desejados devido a diversos fatores que fortaleceram a resistência dos nativos. Entre os principais obstáculos enfrentados pelos colonizadores estavam a resistência ativa dos indígenas e o amplo conhecimento que eles possuíam sobre o seu território, dificultando uma submissão total.

A importação massiva de africanos, sequestrados de suas terras e forçados a cruzar o Atlântico em condições sub-humanas, introduziu uma nova dinâmica de opressão, onde a força de trabalho se baseava na desumanização total dos indivíduos. A escravidão negra no Brasil não foi apenas uma substituição do trabalho indígena, mas uma intensificação da lógica capitalista de exploração, onde a vida humana era reduzida ao seu valor econômico, à capacidade de gerar lucro para os senhores de engenho e para o sistema colonial como um todo.

A prática da escravidão remonta a tempos antigos, assumiu proporções particularmente brutais com a escravidão transatlântica, iniciada no século XV. Este fenômeno caracterizou-se pelo tráfico dos povos africanos para as Américas e para o Brasil, onde foram submetidos a condições desumanas e a uma vida de servidão. Para compreendermos melhor a categoria escravidão é crucial detalhar os mecanismos e as circunstâncias que a tornaram uma realidade devastadora. A escravidão transatlântica foi um empreendimento mercantil alimentado pelo capitalismo emergente europeu. Os europeus, em busca de lucro e expansão econômica, começaram a capturar e comprar africanos para usá-los como mão de obra escrava nas colônias americanas. Esse tráfico de seres humanos era parte integrante de um sistema global de exploração, no qual os escravizados eram vistos como bens móveis, mercadorias a serem trocadas e vendidas.

Moura (1977) estabelece uma distinção entre o escravismo antigo e o moderno. Ele aponta que, nas civilizações clássicas, como Grécia e Roma, a escravidão estava majoritariamente vinculada às conquistas militares, onde prisioneiros de guerra eram transformados em escravos, independentemente de sua etnia. Essa forma de escravidão era considerada parte natural da organização social. Já o escravismo moderno, especialmente nas Américas, foi marcado por uma exploração econômica sistemática fundamentada na raça. Os africanos escravizados foram desumanizados e racialmente marginalizados, o que não apenas justificou sua subjugação, mas também consolidou o racismo como uma justificativa central para a escravidão (Oliveira; Oliveira; Vargas, 2023; Silva, 2021).

O conceito de escravismo, tanto antigo quanto moderno, pode ser aprofundado por Moura (2020), ao defender que a escravidão não se trata apenas de uma questão econômica, mas de uma construção social que perpetua a opressão e a desigualdade racial. Ele ressalta que os quilombos emergiram como espaços de resistência ao escravismo, onde negros escravizados recuperavam suas dinâmicas culturais e sociais, frequentemente em interação com as culturas indígenas (Alves *et al.*, 2023). Essa resistência não ficou restrita ao período colonial, mas perdurou ao longo da história do Brasil, simbolizando uma luta constante contra a desumanização e a exploração.

Os escravizados eram frequentemente retirados de suas terras de origem por meio de incursões violentas e sequestros, um processo que desestruturava suas comunidades e culturas. A historiografia aponta que a escravidão ia além de uma questão econômica, configurando-se como uma grave violação dos direitos humanos, onde as pessoas eram tratadas como mercadorias. Silva e Souza (2023) exploram autobiografias de escravizados, ressaltando a importância de reconhecê-los como protagonistas em suas próprias lutas por liberdade e igualdade. Além disso, Sousa, Luz Neto e Silva (2022) analisam as interações entre trabalhadores escravizados e livres nas fábricas dos séculos XVIII e XIX, destacando a presença contínua dos escravizados em várias funções sociais, o que evidencia como a escravidão estava profundamente enraizada na estrutura econômica da época.

Fanon (1968) explica que o tráfico de seres humanos no período colonial fazia parte de um sistema global de exploração, onde os escravizados eram tratados como bens móveis, desprovidos de qualquer humanidade ou direitos, sendo vistos como mercadorias que podiam ser trocadas, vendidas e exploradas economicamente. Esse sistema não apenas desumanizava os indivíduos, mas também sustentava a violência colonial e a dominação, sendo a exploração forçada e brutal uma ferramenta central para manter o controle econômico e político nas colônias.

O comércio de corpos negros foi um componente central da escravidão no Brasil e mais de 10 milhões de escravos foram trazidos para o Brasil, ultrapassando o número de homens livres nas principais colônias. Portugal, como potência colonizadora, desempenhou um papel crucial nesse processo. Os portugueses estabeleceram uma rede de comércio que envolvia a captura de africanos em suas colônias na África Ocidental e a subsequente venda desses indivíduos no Brasil.

Esse tráfico humano foi facilitado por um sistema de trocas comerciais que incluía a troca de produtos manufaturados europeus por escravos africanos. Ao desembarcarem no Brasil, os sobreviventes eram levados ao comércio de escravos, onde eram expostos e vendidos como mercadorias. Nessas feiras, os compradores avaliavam a saúde e a força dos escravizados, preferindo aqueles que aparentavam maior resistência e capacidade de trabalho. As condições de venda revelavam o caráter desumanizante da escravidão: os indivíduos eram despídos, inspecionados como animais e adquiridos conforme as necessidades dos compradores, sem qualquer consideração por suas identidades ou dignidade.

No Brasil, a importação de africanos pelos colonizadores portugueses foi uma resposta à demanda por mão de obra nas plantações de açúcar e nas casas grandes, além de serem usados como carregadores em expedições de exploração territorial. A produção de cana-de-açúcar, que

se tornou a principal atividade econômica do Brasil colonial, exigia grande força de trabalho, o que levou à consolidação do trabalho escravo como base da economia. A escravidão desempenhou um papel central na formação das estruturas sociais e econômicas do país. Gomes e Mello (2022) discutem como a escravidão impactou a sociedade brasileira, desde o primeiro leilão de cativos em Portugal até a morte de Zumbi dos Palmares. Marques *et al.* (2019) destacam que a escravização de africanos foi adotada após falhas na tentativa de explorar a mão de obra indígena, marcando a transição para a dependência do trabalho escravo africano.

A dinâmica da escravidão era, portanto, profundamente enraizada na exploração da força de trabalho dos escravizados, impulsionada por interesses econômicos e sustentada por uma ideologia racista que desumanizava os africanos. Este sistema não apenas sustentou economias coloniais, mas também deixou cicatrizes profundas nas sociedades contemporâneas, que ainda enfrentam os legados do racismo e da desigualdade. Desta forma, a escravidão transatlântica exemplifica uma das expressões mais extremas do capitalismo mercantil, onde seres humanos foram mercantilizados e explorados ao extremo.

A escravidão no Brasil durou mais de 400 anos, sendo oficialmente abolida apenas em 13 de maio de 1888, com a assinatura da Lei Áurea – Lei nº 3.353 (Brasil, 1888). Durante esse longo período, milhões de africanos e seus descendentes foram submetidos a um regime de exploração extrema. O trabalho forçado em plantações, minas e casas coloniais foi a espinha dorsal da economia brasileira, sustentando a riqueza da elite colonial portuguesa e mais tarde da aristocracia brasileira (Freyre, 2003).

O impacto da escravidão no Brasil foi profundo e duradouro, criando um legado de desigualdade social e racial que persiste até os dias atuais. O sistema escravista não apenas impediu o desenvolvimento social e econômico da população escravizada, mas também gerou um atraso estrutural na sociedade brasileira. A falta de acesso à educação, terras e oportunidades econômicas para os ex-escravos e seus descendentes perpetuou um ciclo de pobreza e marginalização (Moura; Ferreira Júnior; Santos, 2022).

Mesmo após a abolição, a ausência de políticas de integração e reparação contribuiu para a manutenção das disparidades sociais. A escravidão deixou marcas indeléveis na cultura, na economia e nas relações sociais no Brasil (Moura; Ferreira Júnior; Santos, 2022). O racismo estrutural, a segregação espacial e a desigualdade econômica são heranças diretas desse período.

A distinção entre a “Casa Grande” e a “Senzala” é uma análise chave para entender a estrutura social e os impactos duradouros dessas práticas. A Casa Grande representava o espaço de poder e privilégio dos senhores de engenho, enquanto a Senzala era o local de moradia dos escravizados, refletindo a segregação e a hierarquia social impostas durante o período colonial.

A relação entre “Casa Grande” e “Senzala” é um conceito central na análise das dinâmicas sociais e econômicas do Brasil colonial e imperial, representando a dualidade entre os senhores de escravos e os escravizados. Este conceito foi popularizado pelo sociólogo. Sobre a questão, Freyre (2003) descreve a estrutura da sociedade brasileira como uma construção social marcada pela convivência entre essas duas realidades opostas, mas interdependentes.

A “Casa Grande” simboliza a residência dos proprietários de terras, que detinham o poder econômico e social. Esses senhores de escravos eram responsáveis pela produção agrícola, especialmente nas plantações de açúcar e café, que eram fundamentais para a economia colonial. A casa grande, portanto, não era apenas um espaço físico, mas também um símbolo de poder, riqueza e dominação. A relação entre os senhores e os escravizados era marcada por uma hierarquia rígida, onde a exploração e a opressão eram normativas. A vida na casa grande era caracterizada por privilégios, enquanto a senzala, onde os escravos viviam, era um espaço de privação e sofrimento (Ciarallo, 2023).

Por outro lado, a “Senzala” representa o espaço onde os escravizados eram alojados. Este espaço era muitas vezes insalubre e superlotado, refletindo as condições desumanas a que eram submetidos. A senzala não apenas simboliza a opressão, mas também a resistência dos escravizados, que, apesar das adversidades, desenvolveram formas de luta e solidariedade, como a formação de quilombos e a preservação de suas culturas e tradições.

A resistência na senzala é um aspecto crucial para entender a dinâmica de poder entre os escravizados e seus senhores, revelando que, mesmo em condições de extrema opressão, havia espaço para a luta pela liberdade e dignidade (Moura; Ferreira Júnior; Santos, 2022). Além disso, a relação entre casa grande e senzala também pode ser vista sob a perspectiva da construção da identidade nacional brasileira. A convivência forçada entre diferentes culturas – a africana, a indígena e a europeia – resultou em um sincretismo cultural que é uma característica marcante da sociedade brasileira contemporânea. Essa mistura, no entanto, não deve obscurecer as profundas desigualdades raciais e sociais que persistem até hoje, heranças diretas do sistema escravocrata (Fonseca, 2016; Parron, 2022).

A Casa Grande era como um centro de poder patriarcal e econômico, onde os senhores de engenho exerciam seu domínio não apenas sobre a terra e a produção agrícola, mas também sobre a vida social e familiar de todos que viviam sob seu teto. A casa-grande, completada pela senzala, representa todo um sistema econômico, social, político: de produção (a monocultura

latifundiária); de trabalho (a escravidão); de transporte (o carro de boi, o bangüê³, a rede, o cavalo); de religião (o catolicismo de família, com capelão subordinado ao pater famílias⁴, culto dos mortos etc.); de vida sexual e de família (o patriarcalismo polígamo).

A Casa Grande funcionava não só como residência, mas também como um microcosmo da sociedade colonial, abrigando desde as práticas religiosas até as relações de trabalho e poder. O ambiente da Casa Grande era permeado por uma complexa rede de relações sociais que incluíam o patriarca, seus familiares, agregados, e escravos, todos coexistindo em um espaço que simbolizava a ordem social vigente. A hierarquia era clara e rígida, com os senhores de engenho detendo total controle sobre os destinos daqueles que viviam na Senzala.

A senzala, enquanto espaço físico e escravocrata, desempenhou um papel crucial na solidificação do sistema escravista colonial brasileiro. Representava o epicentro da opressão e exploração dos escravos africanos e seus descendentes. Dentro desse contexto, a senzala não era apenas um local de habitação, mas também um espaço de controle e subjugação, onde os senhores de escravos exerciam seu poder de forma absoluta e brutal. A relação de convívio forçado entre a Casa Grande e a Senzala conseqüentemente gerava um ambiente de tensão e pavor constante, resistência silenciosa e, paradoxalmente, de assimilação cultural e miscigenação, que moldaram profundamente a identidade brasileira. A violência física era uma constante na vida dos escravizados, a coerção e o medo eram mantidos através de punições severas, que incluíam espancamentos, mutilações e até a morte. Além da violência física, os escravos eram submetidos a uma brutalidade psicológica incessante, com ameaças constantes e a desumanização diária, sendo tratados como mercadorias, sem direitos ou dignidade. Os estupros eram uma parte horrenda e frequente da realidade das mulheres escravizadas. Os senhores de escravos, seus filhos e capatazes frequentemente abusavam sexualmente das escravas, um ato que não só refletia a total subjugação e objetificação das mulheres negras, mas também resultava na miscigenação forçada. Esses atos de violência sexual contribuíram para a formação de uma população mestiça, enquanto perpetuavam o ciclo de trauma e opressão (Bezerra Neto; Laurindo Júnior, 2018).

³ O termo “bangüê” abrange diferentes significados, especialmente no contexto histórico e cultural do Brasil. Ele se refere à vida nos engenhos de cana-de-açúcar do Nordeste, refletindo sobre as mudanças e dinâmicas presentes na sociedade rural daquela época (Rego; Santos, 2022).

⁴ O “*pater famílias*” na antiga Roma era o chefe de família com autoridade legal e social sobre seus membros, incluindo filhos e escravos. Ele tinha o dever de proteger, sustentar a família e administrar os bens, além de garantir a transmissão do patrimônio, geralmente ao primogênito (Bueno, 2021; Riva, 2016).

A vida na senzala durante o período da escravidão no Brasil era caracterizada por condições extremamente desumanas e precárias. As senzalas eram construções rudimentares, frequentemente feitas de barro e madeira, que careciam de conforto e higiene adequados. Os escravizados eram forçados a viver em espaços apertados e insalubres, o que favorecia a propagação de doenças e resultava em degradação física e mental (Alves *et al.*, 2023)

A senzala, mais do que um simples local de habitação, era o símbolo da violência e da exploração extrema sofrida pelos escravos no Brasil colonial. As condições de vida insuportáveis, a violência física e psicológica, e os abusos sexuais, todos faziam parte do cotidiano dos escravos.

No entanto, mesmo nesse ambiente opressivo, a resistência e a força dos escravizados contribuíram para a formação de uma identidade brasileira multifacetada, na qual a miscigenação e a assimilação cultural desempenham papéis centrais. O modelo de vida patriarcal e escravocrata da Casa Grande e Senzala deixou marcas profundas na sociedade brasileira.

A dualidade entre a opulência da Casa Grande e a miséria da Senzala simboliza as desigualdades sociais que persistem até os dias de hoje. O latifúndio e escravidão, casa-grande e senzala eram, de fato, pilares da ordem escravocrata e que essas instituições moldaram não apenas a economia, mas também a cultura e as relações sociais no Brasil (Almeida, 2019).

Por meio disto, o debate sobre a escravidão e o colonialismo é essencial para compreender as raízes do racismo estrutural no Brasil. Essas práticas não apenas promoveram a exploração econômica, mas também geraram uma divisão racial que perdura até os dias atuais. O racismo, nesse contexto, não é um fenômeno isolado, mas uma construção social que foi instrumentalizada para justificar a subjugação e o tráfico de corpos negros. A mercantilização desses corpos, tratados como mercadorias dentro do sistema capitalista e mercantilista, reforçou a ideia de inferioridade racial, legitimando a exploração e a violência.

A colonização e o escravismo no Brasil foram caracterizados por uma exploração sistemática dos recursos naturais e humanos. A dialética entre a Casa Grande e a Senzala, além de representar uma divisão física, simbolizava a desigualdade social e econômica que estruturou a sociedade brasileira. A Casa Grande, como centro de poder e riqueza, era sustentada pela força de trabalho dos escravizados, confinados à Senzala. Essa relação de exploração e subordinação moldou não apenas a economia, mas também as relações sociais e culturais, criando um sistema de privilégios que ainda se manifesta na sociedade contemporânea (Barros, 2022).

Os principais fatores gerados pelo colonialismo e escravismo incluem a concentração de riqueza nas mãos de uma minoria branca e a marginalização da população negra. Essa desigualdade econômica e social perpetuou-se após o fim formal da escravidão, com a manutenção de estruturas de poder e a exclusão sistemática dos negros de oportunidades sociais e econômicas. A relação entre a Casa Grande e a Senzala foi fundamental para a formação dos indivíduos daquela época, sendo os escravizados desumanizados e tratados como propriedade. Esse processo de desumanização contribuiu para a naturalização do racismo e a perpetuação de estigmas e preconceitos.

Além disso, o domínio dos corpos negros, que durante a escravidão eram considerados mercadorias, continua a se manifestar de formas contemporâneas, como na violência policial e na exclusão social. A desumanização dos negros, iniciada com o tráfico de escravos e o trabalho forçado, ainda reverbera nas atitudes e práticas sociais que desvalorizam vidas negras e limitam suas oportunidades (Barros, 2022).

A distinção entre Casa Grande e Senzala não é apenas uma questão histórica, mas uma metáfora para a compreensão das profundas divisões sociais e raciais que continuam a marcar o Brasil. A análise crítica desses conceitos é crucial para entender o racismo estrutural e buscar formas de superá-lo, promovendo uma sociedade mais justa e igualitária. A conscientização e a ação em torno desses temas são fundamentais para o trabalho do assistente social, que deve atuar na construção de políticas públicas que reconheçam e combatam essas desigualdades históricas e estruturais.

3.2 A FORMAÇÃO DA PERIFERIA PÓS-ABOLIÇÃO DO REGIME ESCRAVISTA: HABITAÇÃO EM QUESTÃO

A constituição das periferias urbanas no Brasil é um processo histórico complexo que remonta ao período colonial, marcado por profundas desigualdades sociais e econômicas resultantes do colonialismo e do escravismo. O Brasil, enquanto colônia portuguesa, foi moldado pela lógica capitalista da exploração e acumulação de riquezas, onde a mão de obra escrava desempenhou um papel central. Durante o período colonial, a exploração da classe trabalhadora escravizada foi a base da economia brasileira.

Os africanos, trazidos à força para o Brasil, eram submetidos a condições extremas de trabalho, violência e desumanização. O regime escravista foi essencial para a acumulação de capital por parte da elite colonial, que se beneficiava da exploração massiva e sistemática dos corpos negros. Essa lógica de exploração e acumulação de riqueza para poucos, enquanto a

maioria vivia em condições de pobreza e precarização, estabeleceu uma estrutura socioeconômica profundamente desigual que persistiu ao longo do tempo (Fontes, 2022).

Com a abolição da escravatura em 1888, a situação da população negra e pobre não melhorou significativamente. A ausência de políticas de integração e reparação para os ex-escravizados resultou na marginalização contínua dessa população. A ausência de políticas de inserção dos ex-escravos no mercado de trabalho formal, bem como a falta de garantias básicas de sobrevivência, como alimentação, moradia e saúde, perpetuou um ciclo de exclusão e marginalização que impulsionou migrações em massa para as cidades urbanas.

Esses migrantes, desprovidos de oportunidades de emprego estável e submetidos a subempregos informais, encontraram-se impossibilitados de acessar moradias dignas no mercado formal, sendo compelidos a buscar alternativas precárias de habitação. Assim, eles passaram a se alojar em cortiços superlotados, antigos quilombos ou em áreas ilegais e desvalorizadas, como morros, grotas e pântanos, espaços marcados pela segregação e desvalorização social.

Esse processo não apenas consolidou a segregação urbana, mas também reforçou as hierarquias socioeconômicas impostas pelo capitalismo, onde as condições de habitação e sobrevivência são determinadas pela posição do indivíduo na estrutura de classes, mantendo uma vasta parcela da população em uma condição de permanente vulnerabilidade e exclusão social, resultante direta da transição inacabada do regime escravocrata para o sistema capitalista industrial (Fontes, 2022).

Sem acesso à terra, à educação e a empregos formais, os negros libertos foram forçados a constituir e a viver nos morros mais próximos, onde a infraestrutura era mínima ou inexistente. Assim, ocorre o surgimento das primeiras periferias urbanas, localizadas em encostas de morros, em terrenos tomados pelo mato do morro, formando lotes sem licenciamento governamental, e em áreas de extremo risco, refletindo uma dinâmica intrínseca ao desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo urbano.

Essas áreas, marcadas pela ausência de planejamento formal e pela precariedade de suas construções, que em grande parte consistiam em barracos de tábuas e sarrafos de madeira, emergiram como resposta direta à exclusão econômica e espacial imposta pela lógica capitalista. Inicialmente, tais periferias não eram reconhecidas como parte integrante da cidade; eram vistas, pelo poder público, como um incômodo, uma anomalia que desafiava os padrões urbanos formais e a ordem estabelecida.

Desprovidas de infraestrutura básica, como saneamento, eletricidade e serviços públicos essenciais, essas áreas refletiam a marginalização social de suas populações, que sequer eram consideradas plenamente como cidadãs, sendo relegadas à condição de “corpos estranhos” na estrutura urbana. A resposta do governo a essa expansão periférica foi pautada pela repressão e tentativa de erradicação, com a meta explícita de demolir as habitações irregulares, numa ação que visava não apenas “limpar” a paisagem urbana formal, mas também reafirmar o controle burguês sobre o espaço e a reprodução social. Tal postura evidencia a contínua tensão entre a expansão do capital e a demanda por inclusão social, onde as periferias se tornam tanto um produto quanto uma vítima da urbanização capitalista.

Essa realidade imposta pelo Estado e pelo capital criou um padrão de segregação espacial que se perpetua até os dias atuais. No século XX, com a industrialização e a urbanização acelerada, a migração de populações rurais para os centros urbanos intensificou a formação das periferias. As cidades brasileiras cresceram de forma desordenada, e as populações migrantes, em sua maioria pobres e negras, encontraram moradia nas áreas periféricas, onde a ausência de planejamento urbano adequado resultou em condições de vidas precárias. A classe trabalhadora urbana, assim como seus antecessores escravizados, continuou a ser explorada pelo sistema capitalista, agora sob a forma de trabalho assalariado de baixa remuneração.

Ao longo do século XX, a lógica capitalista moldou o desenvolvimento urbano e consolidou um padrão de segregação espacial que reforça a exclusão social. A migração massiva das populações rurais para os centros urbanos, motivada pela industrialização, inseriu essas comunidades em um cenário de desigualdade estruturada. A falta de políticas públicas eficazes e a ausência de planejamento urbano adequado agravaram a marginalização das populações periféricas.

Nesse contexto, o advento do neoliberalismo intensificou essas disparidades, ao reduzir a atuação do Estado em áreas essenciais e reforçar a exploração da classe trabalhadora, agora em um contexto de precarização acentuada e direitos trabalhistas enfraquecidos. A continuidade dessa exploração, que remonta às práticas desumanizadoras do período escravocrata, se manifesta no trabalho informal e nas condições de vida degradantes que predominam nas periferias urbanas, onde a desigualdade e a violência se perpetuam.

O neoliberalismo, que ganhou força a partir da década de 1980, agravou ainda mais essa situação. As políticas neoliberais de desregulamentação, privatização e redução do papel do Estado nas políticas sociais aumentaram a vulnerabilidade das populações periféricas. A precarização das condições de trabalho, caracterizada por empregos informais e sem direitos

trabalhistas, tornou-se uma marca das periferias urbanas. O acesso aos serviços públicos, como saúde e educação, foi drasticamente reduzido, aprofundando a pobreza e a exclusão social.

O neo-escravismo⁵ pode ser entendido como uma continuidade das práticas de exploração e desumanização do período escravocrata, agora manifestadas nas relações de trabalho contemporâneas. O trabalho análogo à escravidão, ainda presente em diversas regiões do Brasil, é um exemplo extremo dessa exploração contínua principalmente na área rural. Além disso, a violência, tanto estrutural quanto direta, é uma constante nas periferias, onde a presença do Estado é frequentemente limitada à repressão policial, exacerbando a vulnerabilidade dessas comunidades.

Os espaços periféricos, tal como caracterizados, refletem a materialização concreta da soberania burguesa no seio do capitalismo, onde as dinâmicas territoriais e sociais são moldadas pela lógica do capital. A ocupação dessas áreas mais distantes e de menor renda diferencial pela população de baixa renda, que se insere de maneira precária no mercado de trabalho, evidencia a relação intrínseca entre a espacialidade urbana e as forças de produção. O processo histórico de formação desses territórios revela um Estado que, sob a égide da burguesia, se apresenta omissivo ou, no máximo, intervencionista em função dos interesses do capital, sobretudo no que tange à reprodução da força de trabalho.

Os empreendimentos habitacionais em larga escala, iniciados no final dos anos 1960, não podem ser entendidos como projetos de inclusão ou justiça social, mas como mecanismos que favorecem os interesses do capital. Esses programas buscam reduzir os custos de reprodução da força de trabalho, frequentemente gerando precarização nas condições habitacionais. A literatura indica que, embora tenham o objetivo de atender à demanda por moradia, esses projetos muitas vezes desconsideram as necessidades sociais e econômicas das comunidades, resultando em condições de vida inadequadas para a maioria dos trabalhadores (Fairus; Zairul, 2023; Rodríguez-Pose; Storper, 2019).

À medida em que a periferia se expande e os processos de favelização se agravam, a questão habitacional emerge com força, não apenas como um problema social, mas como uma contradição interna ao próprio modo de produção capitalista. O gigantesco déficit habitacional, quantitativamente expressivo, passa a ser reconhecido como um entrave à reprodução social e econômica, pressionando a burguesia a incorporar o enfrentamento dessa questão em seu discurso político. Entretanto, é crucial destacar que as políticas de maior vulto desenhadas para

⁵ Neo-escravismo descreve formas modernas de exploração, como trabalho forçado e condições precárias, exacerbadas pela globalização. Esse problema global afeta várias regiões, incluindo o Brasil (Garreto *et al.*, 2021; LeBaron, 2015; Lewis *et al.*, 2014; Ramos Filho, 2008).

mitigar o déficit habitacional não subvertem a lógica capitalista; ao contrário, elas buscam preservar a estabilidade da ordem vigente, mantendo a subordinação das classes trabalhadoras e garantindo a continuidade da acumulação capitalista.

Com a contínua expansão urbana, o processo de segregação socioespacial se intensifica, revelando novas formas de exclusão que são intrinsecamente ligadas à lógica da acumulação capitalista. A produção do espaço urbano, orientada pelas forças de mercado e pela busca incessante do lucro, expõe e reforça as desigualdades estruturais do sistema, onde a propriedade privada emerge como um dos principais mecanismos de delimitação e controle territorial. Os espaços urbanos tornam-se, assim, territórios de disputa, onde o acesso e a permanência são definidos pela capacidade de adquirir e controlar a propriedade, excluindo aqueles que não dispõem dos recursos financeiros necessários.

A dinâmica das cidades contemporâneas, caracterizada pela exclusão social e segregação espacial, é uma manifestação de uma estrutura de poder que reforça as desigualdades econômicas e sociais. A expansão urbana, em muitas situações, não ocorre de maneira justa e inclusiva, mas sim como um reflexo das relações de classe e do capitalismo, onde a propriedade privada atua como um mecanismo de exclusão. Estudos indicam que políticas públicas frequentemente intensificam a segregação social, ao restringirem o acesso de populações de baixa renda a áreas mais valorizadas, resultando em uma geografia de exclusão que impacta diversas esferas, como a educação e o acesso a serviços essenciais (Bartholo *et al.*, 2020).

Se antes, em sua origem, as periferias urbanas eram vistas como manifestações concretas da contradição fundamental entre capital e trabalho, surgida no bojo do processo de industrialização, a análise contemporânea dessas periferias revela uma transformação na natureza dessa contradição.

Hoje, ela assume uma dimensão urbana que permeia a totalidade da produção do espaço, refletindo a crescente hegemonia do capital sobre as dinâmicas socioespaciais. Nesse contexto, a lógica de produção que avança sobre as periferias não se limita mais a ser um subproduto da industrialização, mas sim uma estratégia deliberada de reprodução do capital que intensifica a exploração e a marginalização das populações periféricas.

A atual fase de produção do espaço urbano, marcada pela priorização das demandas de acumulação capitalista em detrimento das necessidades sociais, evidencia um cenário em que a especulação financeira e a valorização imobiliária se sobrepõem à reprodução social. Esse fenômeno é amplamente abordado na literatura contemporânea, que destaca a transformação do espaço urbano em um ativo a ser explorado pelo capital, o que intensifica as desigualdades

sociais e a segregação nas áreas periféricas. Como apontam Martins e Maia (2017), a produção do espaço urbano contemporâneo é influenciada por novas dinâmicas de acumulação, que reestruturam não apenas a economia, mas também a política e a configuração espacial das cidades.

As periferias, enquanto produto da expansão urbana, manifestam-se como resultado de múltiplas dinâmicas e lógicas espaciais, refletindo as diversas formas de reprodução do capital e a segregação socioespacial inerente ao processo de urbanização. Essas áreas emergem de um desenvolvimento desigual e combinado, onde a lógica capitalista molda o território conforme interesses econômicos, gerando diferentes configurações periféricas. O Estado, enquanto principal ente regulador das periferias, desempenha um papel decisivo na configuração e gestão desses espaços, porém sua atuação frequentemente revela uma aliança implícita com os interesses dos agentes fundiários e imobiliários.

Longe de atuar como um mediador imparcial ou como defensor dos direitos das populações periféricas, o Estado frequentemente estrutura suas políticas urbanas e regulatórias de forma a favorecer a valorização da terra e o lucro imobiliário. Ao priorizar a lógica do mercado e a acumulação de capital, o Estado legitima e perpetua práticas que consolidam a segregação socioespacial e a marginalização das populações de baixa renda, transformando-se, assim, em um instrumento da reprodução das desigualdades estruturais no espaço urbano. A regulação estatal, portanto, não apenas molda as periferias, mas também reflete e reforça a hegemonia dos interesses privados sobre o bem-estar coletivo, evidenciando a profunda articulação entre poder político e capital no processo de produção do espaço urbano.

Essa dialética revela a contradição entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações de produção no capitalismo, onde a periferização, embora funcional em certos aspectos, acaba por gerar tensões que demandam a intervenção estatal, não para a emancipação das classes subalternas, mas para a manutenção da hegemonia burguesa. Assim, os territórios periféricos permanecem como espaços de exclusão, reflexo de uma sociedade que, ao priorizar o capital, perpetua a desigualdade e a segregação socioespacial (Dourado, 2021).

O racismo é uma ferramenta utilizada pelo capital para perpetuar a exploração da classe trabalhadora, aprofundando as divisões internas e mantendo a hegemonia da elite. A dialética entre capital e trabalho revela que a criação das periferias urbanas é um reflexo direto da necessidade do capital de manter uma força de trabalho barata e segregada, onde o racismo opera como mecanismo central. A segregação espacial, que empurra as populações negras e pobres para as margens das cidades, não é apenas uma questão econômica, mas também ambiental, pois essas áreas são desprovidas de infraestrutura básica e de acesso a recursos

naturais, como áreas verdes e espaços públicos saudáveis. Esse processo, que evidencia o racismo socioambiental, reflete a intersecção entre a opressão racial e a exploração capitalista, onde as periferias se tornam locais de acumulação de problemas sociais e ambientais, reforçando a marginalização e a vulnerabilidade dessas populações.

A análise da relação entre racismo, capital e trabalho é crucial para compreender a formação das periferias urbanas no Brasil. As periferias não são meros acidentes do desenvolvimento urbano, mas sim expressões concretas das desigualdades estruturais geradas pelo capitalismo.

A lógica da acumulação capitalista, que prioriza o lucro, resulta em práticas racistas que perpetuam a exclusão social e a marginalização das populações negras. A segregação socioespacial, conforme discutido por Monteiro e Aguiar (2018, p. 712), é um fenômeno que se intensificou desde a década de 1960, refletindo a divisão da sociedade em “duas sociedades, uma negra e outra branca, separadas e desiguais”. Essa dualidade é observada nas políticas habitacionais que, ao invés de promoverem a inclusão, muitas vezes reforçam a segregação (Silva; Souza, 2023).

Os empreendimentos habitacionais em massa, surgidos no final dos anos 1960, muitas vezes não promoveram inclusão social, mas sim contribuíram para a precarização das condições de moradia. Esses projetos foram, em grande parte, voltados para reduzir os custos de reprodução da força de trabalho, resultando em habitações que não atendiam adequadamente às necessidades das populações. Estudos indicam que, embora a produção em larga escala tenha respondido à falta de moradia, frequentemente negligenciou as particularidades das comunidades, levando a um desenvolvimento insustentável a longo prazo (Fairus; Zairul, 2023).

Essa articulação entre poder político e interesses econômicos evidencia como o racismo estrutural se entrelaça com a lógica capitalista, perpetuando a exclusão das classes trabalhadoras e reforçando a desigualdade socioeconômica. Além disso, a análise contemporânea das periferias revela que a contradição entre capital e trabalho não se limita mais ao âmbito da produção industrial, mas se desdobra em uma contradição urbana que permeia todo o processo de produção do espaço. A financeirização e a especulação imobiliária intensificam a exploração das populações periféricas, que são tratadas como meros recursos a serem utilizados na acumulação de capital, enquanto suas necessidades sociais são sistematicamente ignoradas (Ângelo; Arruda, 2023).

Assim, as periferias urbanas se tornam não apenas espaços de exclusão, mas também territórios de resistência, onde as comunidades lutam por reconhecimento e direitos, desafiando a lógica do capital que as marginaliza. Em suma, a intersecção entre racismo, capital e trabalho é crucial para entender a formação das periferias urbanas e as dinâmicas de exclusão socioambiental que nelas se manifestam. A perpetuação do racismo socioambiental nas periferias é um reflexo das estruturas de poder que priorizam o lucro em detrimento do bem-estar coletivo, evidenciando a necessidade de uma abordagem crítica que considere as especificidades históricas e sociais dessas comunidades.

3.3 A CONSTRUÇÃO DA NOVA CAPITAL DO BRASIL: DESIGUALDADES PRESENTES NA PROMESSA DE CAPITAL UNIDA

3.3.1 A formação do Distrito Federal e as desigualdades socioespaciais

A concepção de Brasília, a capital moderna do Brasil, tem suas origens no período colonial, quando surgiu a ideia de deslocar a sede do poder para o interior do país, visando afastá-la de possíveis ataques pelo litoral, uma preocupação comum naquela época. Essa proposta ganhou força durante o Império, especialmente em 1823, quando José Bonifácio de Andrada e Silva, figura fundamental na história brasileira e conhecido como o “Patriarca da Independência”, sugeriu oficialmente a mudança da capital para o interior. Ele propôs o nome “Brasília” para essa nova cidade, que deveria representar uma nação unida e em progresso (Malaquias; Brandão, 2023).

Em 1883, um novo aspecto religioso se inseriu na narrativa da formação da identidade nacional brasileira, vinculado ao sonho de Dom Bosco, um sacerdote católico italiano. Em sua visão, Dom Bosco descreveu uma região especial entre os paralelos 15° e 20° de latitude, considerada a "terra prometida" e um lugar de grande riqueza. Muitos interpretaram essa visão como uma referência ao local ideal para a construção da futura capital do Brasil, Brasília. A importância de Dom Bosco na cultura brasileira é amplamente reconhecida, principalmente por sua contribuição à educação e à formação moral da juventude, refletida na pedagogia da Congregação Salesiana, que ele fundou (Mialhe; Soffner, 2021).

A construção de Brasília, a nova capital do Brasil, começou a se concretizar após a Proclamação da República, em 1889. A Constituição da República de 1891 (Brasil, 1891) estabeleceu que a nova capital seria situada no Planalto Central, refletindo o antigo desejo de centralizar a administração e promover o desenvolvimento do interior do país (Viana;

Rabinovich, 2019). Em 1892, essa determinação foi seguida pela Missão Cruls, uma expedição científica liderada pelo engenheiro belga Louis Ferdinand Cruls, cujo objetivo era explorar a região do Planalto Central e delimitar a área para a nova capital. A expedição realizou um levantamento detalhado sobre a topografia, clima, geologia, flora, fauna e recursos naturais da área (Viana; Rabinovich, 2019).

A construção de Brasília, a nova capital do Brasil, representou um marco importante na história do país, com suas origens remontando a 1922, durante as comemorações do centenário da Independência. A escolha da localização, próxima a Planaltina, refletiu a visão de modernização e integração nacional, que ganhou força sob a liderança do presidente Juscelino Kubitschek em 1956. Kubitschek revitalizou o projeto da nova capital, promovendo-a como um símbolo de progresso e modernidade, em sintonia com as transformações sociais e econômicas da época (Azevedo; Lemes, 2023; Nunes, 2022).

Assim, Brasília não foi apenas uma cidade projetada do zero, mas sim o resultado de uma longa trajetória histórica que uniu aspectos geopolíticos, estratégicos e até místicos. A construção da capital federal materializou o sonho de uma nação que olhava para o futuro, firmando-se como um marco na história da arquitetura moderna e no desenvolvimento do território brasileiro tendo sua inauguração em 1960.

A construção de Brasília, um empreendimento sem precedentes no Brasil, foi impulsionada por uma vigorosa campanha de divulgação que buscava atrair trabalhadores de diferentes regiões do país para o Planalto Central. Sob a liderança do presidente Juscelino Kubitschek, essas campanhas foram fundamentais para reunir a força de trabalho necessária para erguer a nova capital em um período relativamente curto. O governo oferecia, além de oportunidades de emprego, a chance de participar de um projeto histórico voltado para a modernização do Brasil, o que atraiu milhares de brasileiros, especialmente de regiões mais carentes, como o Nordeste, onde as oportunidades de trabalho eram limitadas (Sandoval; Rezende; Cruz, 2020).

No entanto, o processo migratório que se seguiu foi marcado por uma realidade muito mais dura do que as promessas iniciais faziam parecer. Muitos desses trabalhadores, que ficariam conhecidos como “candangos” e “pioneiros”, enfrentaram condições de transporte extremamente precárias. Um dos meios mais emblemáticos foi o “pau de arara”, caminhões adaptados de maneira rudimentar, onde os migrantes eram transportados em viagens longas e extenuantes, muitas vezes sem condições mínimas de segurança ou conforto. Esse tipo de transporte simboliza não apenas a precariedade da viagem, mas também a realidade

socioeconômica daqueles que não tinham outra opção a não ser enfrentar essas condições para buscar uma vida melhor.

Quando os trabalhadores solteiros chegaram à futura capital, Brasília, foram acomodados em alojamentos fornecidos pelas construtoras. Embora oferecessem uma estrutura mínima, esses alojamentos eram insuficientes para atender a todos os migrantes. As condições eram muitas vezes insalubres, com espaços superlotados, falta de higiene e uma infraestrutura inadequada para o crescente número de trabalhadores. A precariedade dessas moradias é um tema comum em estudos sobre habitação em áreas urbanas em desenvolvimento, onde a oferta de moradia não acompanha a demanda, levando a condições de vida insatisfatórias (Costa; Lee, 2019).

O processo de construção de Brasília, enquanto um projeto estatal, ilustra as profundas desigualdades que permeiam o sistema capitalista. A lógica de acumulação de capital que fundamentou essa empreitada resultou na exploração intensa do trabalho dos operários, cujas necessidades básicas foram frequentemente negligenciadas.

A construção de Brasília, concebida como um ícone de progresso e modernização, foi acompanhada por uma complexa dinâmica de exploração da mão de obra, especialmente dos migrantes que participaram da edificação da nova capital. Esse processo evidencia a relação entre capital e trabalho, na qual o capital se beneficiou da força de trabalho de milhares de migrantes, mas falhou em assegurar condições de vida dignas para esses trabalhadores e suas famílias. A precarização do trabalho, intensificada por políticas neoliberais, é um elemento central dessa análise, que destaca como os trabalhadores foram marginalizados nos mesmos espaços urbanos que ajudaram a construir (Luce, 2013; Silva; Vendramini, 2022).

A construção de Brasília, que se iniciou na década de 1950, não pode ser vista apenas como uma realização arquitetônica e urbanística do Estado brasileiro, mas também como um reflexo das profundas contradições sociais e econômicas que caracterizam o desenvolvimento do país.

A obra, idealizada como um símbolo do modernismo e da integração nacional, esconde uma realidade marcada pela precariedade das condições de trabalho enfrentadas pelos operários. Estudos indicam que a maioria dos trabalhadores da construção civil era composta por homens migrantes, com baixa escolaridade e escassa qualificação profissional, o que os tornava vulneráveis a situações de exploração e precarização (Cockell; Peticarrari, 2010; Takahashi *et al.*, 2012). Essa realidade evidencia a distância entre o ideal modernista de Brasília e a vida cotidiana dos que participaram de sua construção.

À medida que a população dos assentamentos crescia, as autoridades passaram a ver essas “invasões” como uma ameaça ao ideal modernista que Brasília simbolizava. O projeto de Lúcio Costa tinha como objetivo criar uma cidade que refletisse ordem, progresso e eficiência, em contraste com a realidade dos assentamentos irregulares (Assreuy; Medeiros, 2021).

A percepção de que esses núcleos informais comprometiam a imagem da cidade planejada levou a várias tentativas de remoção e regularização, que muitas vezes falharam em atender às reais necessidades da população afetada (Assreuy; Medeiros, 2021). Essa relação entre o crescimento urbano desordenado e as políticas públicas evidencia os desafios complexos enfrentados por Brasília, onde modernidade e exclusão social coexistem de forma paradoxal (Assreuy; Medeiros, 2021).

A partir de 1958, o governo brasileiro adotou uma política de remoção dos trabalhadores e suas famílias das áreas próximas ao Plano Piloto de Brasília, com o objetivo de preservar a estética e a funcionalidade do novo centro político e administrativo do país, projetado como símbolo de modernidade e progresso. Os migrantes, que haviam construído moradias improvisadas na esperança de melhores condições de vida, foram removidos em operações que frequentemente envolviam repressão policial e a demolição de suas casas. Essas ações desconsideraram as condições sociais e econômicas das famílias afetadas, resultando em uma forma de exclusão social que buscava afastar os trabalhadores mais pobres dos espaços centrais da cidade (Derntl, 2020b).

A análise das remoções de populações de áreas ocupadas irregularmente em centros urbanos revela uma complexa interseção entre questões de saneamento, planejamento urbano e exclusão social. A relocação de trabalhadores para regiões periféricas, como a Cidade Livre, posteriormente chamada de Núcleo Bandeirante, não apenas os afastou fisicamente dos centros de poder político e econômico, mas também os colocou em uma condição de marginalização social e geográfica. A segregação socioespacial, fenômeno que afeta profundamente o desenvolvimento urbano, é um desafio para a inclusão social nas cidades. Pesquisas recentes, como, por exemplo, as de Araujo Filho *et al.* (2024) e Bastos Filho *et al.* (2020), mostram que essa dinâmica não apenas reforça a exclusão social, mas também cria obstáculos significativos para a promoção de cidades mais justas e inclusivas.

A segregação muitas vezes se manifesta em regiões marcadas por pobreza extrema, onde o acesso a serviços básicos é limitado, criando uma sobreposição de vulnerabilidades que afetam, sobretudo, grupos marginalizados como mulheres e crianças (Gomes; Mello, 2022). As remoções forçadas de trabalhadores, especialmente em áreas urbanas como o Distrito Federal, têm agravado a situação dessas famílias. Já desiludidas com promessas não cumpridas de

estabilidade e melhoria nas condições de vida, muitas delas foram realocadas para áreas periféricas, distantes do centro urbano e com infraestrutura precária.

Esse processo aprofunda as desigualdades socioeconômicas e isola esses trabalhadores da vida urbana que ajudaram a construir, perpetuando uma divisão socioespacial característica das cidades brasileiras. A pesquisa de Takaki e Antloga (2021) discute as contradições do sistema capitalista, que frequentemente marginaliza os trabalhadores, reforçando uma lógica excludente que prioriza o desenvolvimento das elites.

A história das remoções e da exclusão dos operários de Brasília é, portanto, mais um capítulo da luta de classes que marcou o processo de modernização do Brasil. Enquanto o Plano Piloto era celebrado como um símbolo de modernidade e eficiência, as vidas e os direitos dos trabalhadores que o construíram eram sacrificados em nome de uma visão elitista de desenvolvimento urbano. Essa contradição, profundamente enraizada na estrutura social e econômica do Brasil, continua a reverberar até hoje, refletindo-se na segregação espacial que caracteriza a capital do país e na persistente marginalização das classes trabalhadoras.

3.3.2 A criação das cidades-satélites do Distrito Federal como uma expansão da luta de classes

Embora planejada para ser uma cidade modelo, Brasília rapidamente enfrentou um processo de expansão urbana desordenada, semelhante ao que acontecia em outras cidades brasileiras. Antes mesmo de sua inauguração oficial em 1960, a capital começou a registrar um crescimento populacional acelerado, impulsionado pela chegada de migrantes em busca de trabalho e melhores condições de vida. Estudos confirmam esse fenômeno, destacando a intensa urbanização e a pressão demográfica que a cidade enfrentou logo após sua criação, refletindo uma tendência comum em cidades que passam por crescimento rápido e descontrolado (Costa; Lee, 2019).

Para lidar com o afluxo maciço de trabalhadores e suas famílias, que acorriam ao Planalto Central na esperança de participar da construção de Brasília, o governo começou a criar núcleos urbanos periféricos. Esses núcleos, originalmente concebidos como soluções temporárias para abrigar os operários que não desejavam retornar às suas regiões de origem após o término das obras, começaram a se multiplicar à medida que o fluxo migratório continuava mesmo após a inauguração da cidade. O que inicialmente era uma resposta emergencial tornou-se um processo contínuo de criação de novas áreas urbanas, que perdurou até a década de 1990, quando a expansão da cidade e a chegada de novos migrantes ainda eram uma realidade persistente.

As chamadas “cidades-satélites” de Brasília foram inicialmente planejadas para dar suporte ao Plano Piloto, mas, na prática, tornaram-se áreas de exclusão social e funcionaram como cidades dormitórios. Essas regiões, muitas vezes distantes do centro político e econômico da capital, acolheram migrantes que compunham a base da força de trabalho, mas que, ao serem deslocados para essas periferias, sofreram marginalização, em um processo interpretado como uma forma de limpeza social (Fernandez; Oliveira, 2020). A segregação espacial, assim, não apenas preservou a imagem moderna do Plano Piloto, mas também empurrou trabalhadores e suas famílias para áreas com infraestrutura e serviços públicos insuficientes, perpetuando uma dinâmica de desigualdade ao longo do tempo (Assreuy; Medeiros, 2021; Lancellotti; Guinancio, 2022).

Com o passar do tempo, o governo passou a oficializar essas áreas periféricas, estabelecendo as Regiões Administrativas (RAs), um sistema de subdivisão territorial que começou a ser implementado a partir de meados da década de 1960. Esse modelo de organização foi escolhido em parte devido à singularidade administrativa do Distrito Federal, que, ao contrário dos outros Estados brasileiros, não poderia ser dividido em municípios, conforme determinado pelo art. 32 da Constituição Federal (CF) de 1988 (Brasil, 1988). As RAs permitiram ao governo manter um certo controle sobre o crescimento urbano, ao mesmo tempo em que procuravam integrar essas áreas à estrutura administrativa do Distrito Federal, sem, no entanto, alterar a lógica de segregação social e espacial que já estava em curso.

A designação “cidade-satélite” foi oficialmente instituída em 1960 para referir-se aos núcleos urbanos periféricos ao redor do Plano Piloto de Brasília. Embora inicialmente adotada, essa nomenclatura foi rapidamente alterada em 1961, quando o Distrito Federal passou por uma reorganização administrativa que dividiu o território em subprefeituras, buscando uma administração mais eficiente devido ao rápido crescimento urbano (Derntl, 2020a).

Em 1964, essas subprefeituras foram transformadas em RAs, numa tentativa do governo de controlar melhor a urbanização desordenada e integrar as áreas periféricas à administração central (Pinheiro *et al.*, 2023). Apesar dessas mudanças, as cidades-satélites continuaram sendo tratadas como secundárias em relação ao Plano Piloto, mantendo a segregação e exclusão social que caracterizou sua criação (Fernandez; Oliveira, 2020; Pinheiro *et al.*, 2023).

Atualmente, o território do Distrito Federal é composto por 33 RAs, resultado desse processo de expansão e consolidação das áreas urbanas periféricas. Embora o termo “cidades-satélites” tenha sido oficialmente banido dos documentos públicos a partir de 1998, ele ainda é amplamente utilizado pela população, refletindo a persistente percepção de que essas áreas, apesar de fazerem parte da capital federal, ocupam uma posição marginal em relação ao Plano

Piloto. Essa divisão territorial, que surgiu como uma solução para acomodar o crescimento desordenado e a necessidade de controle governamental, continua a evidenciar as profundas desigualdades sociais e econômicas que marcaram a história da construção de Brasília.

A remoção dos operários e suas famílias das áreas centrais de Brasília para as chamadas cidades-satélites foi um processo marcado por brutalidade e desprezo pelas condições de vida dos trabalhadores que, com seu esforço, haviam construído a nova capital. Muitos se recordam do dia em que foram forçados a deixar seus lares improvisados em áreas irregulares próximas ao Plano Piloto.

Em uma operação planejada e executada pelo governo, os barracos de madeira que serviam de moradia para essas famílias eram desmontados peça por peça e carregados em caminhões da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil (NOVACAP)⁶, que os transportava para os novos lotes nos núcleos periféricos. Ao chegarem às áreas designadas, essas famílias se viam obrigadas a reconstruir suas casas de forma improvisada e em condições ainda mais precárias, em terrenos isolados e desprovidos de qualquer infraestrutura básica.

O deslocamento forçado de populações em Brasília foi mais do que uma simples ação administrativa; refletiu o elitismo presente na concepção e construção da capital. O Plano Piloto, idealizado por Lúcio Costa, foi pensado como um espaço para as elites políticas e econômicas, que se beneficiariam de uma cidade modernista projetada para simbolizar progresso e civilização (Azevedo; Lemes, 2023). A visão de Costa, ao integrar a vegetação do cerrado ao cenário da Praça dos Três Poderes, destacou um contraste entre a intervenção humana e o ambiente natural, mas também revelou uma desconexão com a realidade dos trabalhadores que ergueram a cidade (Derntl, 2020b).

A realidade da remoção dos pioneiros de Brasília e a criação das cidades-satélites revelam as contradições profundas do projeto de modernização brasileiro, onde o progresso e a civilização foram construídos às custas da exploração e marginalização das classes trabalhadoras. O Plano Piloto, símbolo do modernismo brasileiro, tornou-se também um símbolo da exclusão, onde a promessa de uma nova capital para todos foi cumprida apenas para uma minoria privilegiada, enquanto a maioria foi relegada à periferia, enfrentando o cerrado não como um cenário de progresso, mas como um deserto de promessas não cumpridas.

⁶ Criada em 1956, foi responsável por planejar e coordenar a construção de Brasília, liderando as obras de infraestrutura e urbanização. O projeto visava não apenas erguer a nova capital, mas também promover o desenvolvimento regional e a interiorização do Brasil (Debbash, 2017; Derntl, 2020a).

A história das Regiões Administrativas do Distrito Federal, portanto, não é apenas uma história de expansão urbana, mas também uma história de exclusão e desigualdade, refletindo as contradições inerentes ao projeto de construção de Brasília e ao próprio desenvolvimento urbano brasileiro. A persistência dessas desigualdades, mesmo após décadas de expansão e desenvolvimento, mostra que a luta pela justiça social e pela inclusão urbana ainda está longe de ser vencida, tanto em Brasília quanto no resto do país.

3.3.3 A cidade-satélite e o racismo: a aproximação do racismo socioambiental na construção das cidades destinadas para os trabalhadores

A Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE-DF) ilustra como a questão habitacional está intimamente ligada ao acesso à terra e à especulação imobiliária. No contexto do Distrito Federal, a terra é frequentemente considerada um bem de mercado, o que resulta em significativos movimentos migratórios do Plano Piloto para as áreas periféricas. Este fenômeno é corroborado por (Silva; Oliveira; Gomes, 2023), que discutem a relação entre as questões de moradia na RIDE-DF e os problemas de acesso à terra, destacando que a mercantilização da terra provoca deslocamentos populacionais que refletem uma forma de segregação social.

A segregação socioespacial também está acompanhada por práticas segregacionistas visíveis em diferentes contextos urbanos. Cidades como Iepê exemplificam essa dinâmica, com uma clara bipartição do espaço urbano que reflete o modelo de “*Dual City*”, acentuando desigualdades na distribuição de espaços públicos e equipamentos urbanos (Monteiro; Aguiar, 2018). Essa realidade é observada em várias cidades brasileiras, onde a segregação socioespacial resulta em áreas de pobreza generalizada, acesso limitado a serviços e altos índices de violência (Bastos Filho *et al.*, 2020).

A priorização da arborização nos centros urbanos em detrimento das cidades-satélites é um fenômeno comum, observado em várias regiões, incluindo a atuação da Novacap em Brasília. Esse desequilíbrio levanta questões sobre a equidade na distribuição de recursos urbanos e nos benefícios proporcionados pela arborização.

A arborização urbana traz múltiplos benefícios, como a melhoria da qualidade do ar, redução de temperatura e promoção do bem-estar social (Ferro *et al.*, 2015). Contudo, a falta de planejamento adequado pode gerar conflitos com a infraestrutura urbana, como redes elétricas e calçadas, resultando em uma percepção negativa da arborização (Paula *et al.*, 2015). Pesquisas mostram que, embora a população reconheça a importância da vegetação, ela também

aponta os problemas causados por uma implementação inadequada (Paula *et al.*, 2015). Isso sugere que, ao focar no centro, a Novacap pode estar negligenciando as necessidades de arborização nas cidades-satélites, onde os benefícios da vegetação seriam igualmente importantes.

Desde o início das obras, a Novacap teve um papel decisivo na definição de quem poderia habitar o espaço privilegiado do Plano Piloto e quem seria deslocado para as periferias, as chamadas cidades-satélites. Essa segregação espacial, promovida pela NOVACAP, reflete o racismo estrutural presente nas políticas de desenvolvimento urbano no Brasil. A divisão dos espaços, que era amplamente baseada em critérios sociais e raciais, foi justificada sob o pretexto de organização urbanística. Barros (2022) argumenta que o legado escravista deixou profundas marcas na sociedade brasileira, evidenciadas pelo racismo estrutural e pelas desigualdades que as pessoas negras ainda enfrentam.

A segregação residencial em Brasília, conforme discutido por Shimizu *et al.* (2021), é uma expressão das desigualdades econômicas e raciais interligadas, que influenciam diretamente as disparidades em saúde. Essa segregação vai além da simples localização geográfica, refletindo um sistema mais amplo de exclusão social que mantém a marginalização de grupos vulneráveis, especialmente nas periferias urbanas.

O estudo de Shimizu *et al.* (2021) enfatiza que iniciativas de saúde, como o programa "Mais Médicos", foram criadas para atender populações dessas áreas periurbanas, onde muitos enfrentam extrema pobreza e falta de acesso adequado a serviços de saúde. Isso demonstra como a segregação espacial está profundamente conectada à desigualdade no acesso a serviços essenciais, incluindo a saúde.

3.4 DESIGUALDADE ESPACIAL: A URBANIZAÇÃO PRIVILEGIADA DO CENTRO VERSUS A NEGLIGÊNCIA SOCIOAMBIENTAL NAS CIDADES-SATÉLITES

3.4.1 Urbanização e paisagismo: contrastes entre o centro de Brasília e as periferias da cidades-satélites

A discussão sobre a importância dos espaços verdes nas áreas urbanas periféricas é fundamental para entender as dinâmicas de exclusão e marginalização que essas comunidades enfrentam. A luta pela democratização do acesso a esses espaços deve ser compreendida como parte de uma batalha mais ampla contra as desigualdades estruturais que permeiam a sociedade capitalista. No contexto urbano, parques e praças não são meros ornamentos ou luxos, mas sim

infraestruturas essenciais que podem mitigar as desigualdades socioespaciais e promover um ambiente de maior justiça social.

O planejamento do centro de Brasília, especialmente do Plano Piloto, foi concebido para integrar de maneira harmoniosa a arquitetura modernista com a paisagem natural do cerrado, criando um espaço que valorizasse tanto o bem-estar físico quanto o mental de seus moradores. Inspirado pelas ideias do urbanista Lúcio Costa e do arquiteto Oscar Niemeyer, o plano diretor de Brasília buscava um equilíbrio entre o ambiente construído e a natureza, onde o paisagismo desempenhava um papel central.

Grandes áreas verdes, como o Eixo Monumental e os parques ao redor do Lago Paranoá, foram estrategicamente inseridas no projeto, não apenas como elementos estéticos, mas como verdadeiros refúgios urbanos que promoveriam a saúde física e mental dos habitantes. Essas áreas verdes, concebidas como pulmões da cidade, visavam proporcionar espaços de lazer, recreação e contemplação, conectando os cidadãos com a natureza de maneira acessível e constante.

Além disso, a disposição dos edifícios, com largas avenidas e amplos espaços abertos, reforçava a ideia de uma cidade que respirava, onde a luz natural, o ar puro e a vegetação contribuiriam para um ambiente saudável, capaz de melhorar a qualidade de vida de seus residentes.

Essa integração entre urbanismo e paisagismo no centro de Brasília reflete uma visão de cidade que, ao menos no papel, buscava promover o bem-estar de seus habitantes, utilizando a natureza como um recurso essencial para o lazer e a saúde. Contudo, essa preocupação com a qualidade de vida foi restrita aos espaços destinados às elites, enquanto a população operária, relegada às periferias áridas e desprovidas de infraestrutura, ficou excluída desses benefícios, evidenciando a segregação socioespacial e as desigualdades inerentes ao projeto urbano.

Ao analisar a atribuição do título de cidade-parque a Brasília, é necessário criticar a distribuição desigual dos recursos ambientais entre as diferentes regiões do Distrito Federal, revelando as profundas contradições sociais e espaciais que marcam a capital do Brasil. O fato de Brasília abrigar 5,5 milhões de árvores, com 1,5 milhão delas concentradas no Plano Piloto, enquanto Ceilândia, uma das maiores e mais populosas cidades-satélites, conta com apenas 4% das árvores plantadas no Distrito Federal, expõe a lógica de segregação socioambiental que estrutura a cidade.

Essa disparidade não é acidental; ela reflete um projeto urbano que privilegia as áreas centrais, concebidas para abrigar a elite administrativa e política, em detrimento das periferias, onde reside a maioria da população trabalhadora. Essa distribuição desigual de recursos

naturais, como as áreas verdes, é uma manifestação concreta do capitalismo, que organiza o espaço urbano de forma a maximizar a acumulação de capital para uns, enquanto marginaliza outros. O Plano Piloto, com seus parques amplos e bem cuidados, simboliza o espaço do poder e do privilégio, enquanto as cidades-satélites, como Ceilândia e Sol Nascente, são relegadas a áreas áridas, com infraestrutura insuficiente e escassas oportunidades de lazer e contato com a natureza.

Essa desigualdade não apenas compromete a qualidade de vida das populações periféricas, mas também reforça a segregação socioespacial, perpetuando um ciclo de exclusão que está no cerne da formação do território do Distrito Federal. Portanto, ao mesmo tempo em que Brasília é celebrada como cidade-parque, é crucial reconhecer que essa denominação esconde uma realidade de profundas desigualdades e injustiças ambientais que continuam a marcar a vida dos habitantes das periferias.

A implementação de espaços verdes urbanos, como parques e praças, nas periferias do Distrito Federal e suas Cidades-Satélites, é uma estratégia reconhecidamente importante para enfrentar as desigualdades socioespaciais. No entanto, as iniciativas voltadas para esse propósito têm avançado de forma lenta nas gestões urbanas. A criação desses espaços é frequentemente priorizada em áreas centrais, onde a valorização econômica do solo é mais evidente, enquanto as periferias, que mais necessitam desses equipamentos, são relegadas a segundo plano. Esse cenário reflete a lógica capitalista de valorização do espaço urbano, onde o acesso ao verde torna-se mais um privilégio de poucos, exacerbando a segregação espacial que já marca as cidades brasileiras.

Nas periferias das cidades-satélites do Distrito Federal, os parques urbanos assumem um papel essencial na organização do espaço urbano e na melhoria da qualidade de vida das comunidades marginalizadas. Embora a criação desses espaços verdes seja frequentemente celebrada como um avanço no planejamento urbano, é crucial examinar suas implicações sob uma perspectiva crítica, especialmente quando se considera o impacto socioeconômico e ambiental nas populações periféricas.

Do ponto de vista econômico, a introdução de parques urbanos nas periferias pode resultar na valorização do solo, um fenômeno que, em teoria, deveria estimular o desenvolvimento local ao atrair investimentos e melhorar a infraestrutura e os serviços disponíveis. No entanto, essa valorização, muitas vezes, vem acompanhada de processos de gentrificação, que deslocam as populações originais devido ao aumento dos custos de moradia. Isso perpetua a segregação socioespacial, empurrando as camadas mais pobres ainda mais para as margens da cidade, em vez de integrá-las ao tecido urbano. Em muitos casos, as melhorias prometidas pelos novos

parques acabam beneficiando uma nova classe de moradores, enquanto aqueles que inicialmente residiam nas proximidades são forçados a se mudar para áreas ainda mais desprovidas de infraestrutura e serviços.

Ambientalmente, os parques urbanos desempenham um papel vital no equilíbrio climático das periferias, funcionando como reguladores naturais em regiões frequentemente marcadas pela carência de vegetação e pela densidade populacional. Esses espaços verdes ajudam a controlar a entrada dos ventos, proteger os cursos d'água e mitigar os efeitos das ilhas de calor, que são particularmente intensos nas áreas mais pobres e superlotadas. Entretanto, a existência de parques em áreas periféricas não deve mascarar as profundas desigualdades que continuam a marcar a distribuição dos recursos ambientais. O acesso a esses parques e seus benefícios ecológicos nem sempre é equitativo, com as áreas verdes frequentemente sendo melhor mantidas e mais acessíveis em regiões destinadas a populações de maior poder aquisitivo.

Além dos benefícios econômicos e ambientais, os parques urbanos possuem um impacto social e estético inestimável. Eles funcionam como espaços de encontro e convívio, onde as redes de relações sociais são fortalecidas. A criação de espaços públicos acessíveis promove a interação entre diferentes grupos sociais, diminuindo as tensões e possibilitando a construção de uma identidade coletiva. Em um contexto onde as periferias são marcadas pela falta de equipamentos públicos, esses espaços podem se tornar pontos de referência, com conteúdos simbólicos que refletem as vivências e culturas locais. A resignificação desses espaços ao longo do tempo é um processo contínuo, que acompanha as transformações sociais e culturais das comunidades, evidenciando a importância dos parques como canais de comunicação dentro do tecido urbano.

A ausência de parques e outros espaços verdes nas periferias do Distrito Federal e suas Cidades-Satélites tem consequências desastrosas. A falta desses equipamentos urbanos é frequentemente acompanhada por um processo de degradação ambiental e social. Sem áreas organizadas de lazer e convivência, os bairros periféricos tendem a sofrer com ocupações irregulares, desmatamento ilegal e esgotamento dos recursos naturais locais. A escassez de áreas verdes também agrava problemas de saúde pública, como o aumento de doenças respiratórias, decorrentes da má qualidade do ar, e a intensificação do estresse urbano, que afeta a saúde mental dos moradores. Esses fatores, combinados, perpetuam um ciclo de exclusão social, onde a população periférica é privada dos benefícios que os parques poderiam proporcionar, reforçando as desigualdades que estruturam o espaço urbano na região.

Portanto, a criação, implementação e a manutenção de parques nas periferias do Distrito Federal não devem ser vistas apenas como uma política ambiental, mas como uma ação estratégica para a inclusão social e a promoção da justiça socioespacial. A expansão desses espaços verdes é essencial para o desenvolvimento de uma cidade mais justa e equilibrada, onde todos os cidadãos tenham acesso a um ambiente saudável e propício ao bem-estar coletivo. Em última análise, a luta por mais parques nas periferias é parte da luta mais ampla contra as desigualdades que permeiam nossa sociedade, sendo uma questão central para qualquer projeto de cidade que se pretenda verdadeiramente democrática e inclusiva.

3.4.2 A criminalização dos espaços verdes em território periférico por meio da precarização, do medo, do abandono e do temor

A criminalização dos espaços verdes nas regiões periféricas do Distrito Federal é uma questão que revela a face mais dura do racismo socioambiental, uma forma de opressão que não só nega o acesso a direitos básicos como o lazer e a convivência em ambientes naturais, mas também perpetua a segregação e o estigma das populações marginalizadas. A precarização desses espaços é uma estratégia deliberada de exclusão, que se manifesta pela falta de manutenção, pela ausência de políticas públicas que promovam a segurança e pela disseminação do medo, fatores que contribuem para afastar os moradores das periferias de seus próprios territórios. Ao estigmatizar as áreas verdes como locais perigosos, o Estado e a sociedade reforçam a ideia de que esses espaços pertencem a uma população que deve ser controlada e vigiada, ao invés de ser incentivada a usufruir desses bens comuns.

Essa realidade se agrava quando se considera a falta de acesso das populações periféricas às áreas verdes de lazer no centro de Brasília. A distância física, combinada com a insuficiência do transporte público e a violência policial, cria barreiras quase intransponíveis para os moradores das cidades-satélites que desejam usufruir dos parques e áreas de lazer do Plano Piloto. O preconceito contra as pessoas oriundas das periferias, que muitas vezes são vistas como intrusas nos espaços centrais, reflete a segregação socioespacial que molda a cidade desde sua fundação. Essa exclusão é reforçada pela violência policial, que atua como um mecanismo de controle social, afastando os corpos periféricos dos espaços privilegiados, sob o pretexto da manutenção da ordem e da segurança.

A privatização dos espaços verdes no Distrito Federal é outro elemento que agrava o racismo socioambiental. Ao transformar áreas que deveriam ser públicas e acessíveis em locais exclusivos e controlados, o poder público e as elites econômicas perpetuam a lógica capitalista

de acumulação e exclusão. A mercantilização do espaço urbano significa que o direito à cidade e ao lazer em ambientes naturais é cada vez mais reservado àqueles que podem pagar por isso, enquanto as populações periféricas são relegadas a espaços degradados e sem infraestrutura. Essa dinâmica de privatização não apenas limita o acesso físico aos espaços verdes, mas também reforça a desigualdade e a injustiça, ao criar uma cidade dividida entre aqueles que têm e aqueles que não têm acesso a esses recursos fundamentais.

O racismo socioambiental que permeia essa realidade é uma expressão concreta da maneira como o capitalismo organiza o espaço e a sociedade. A segregação espacial e a exclusão dos mais pobres dos espaços verdes não são apenas um reflexo da desigualdade econômica, mas também um produto de um sistema que valoriza o lucro e a acumulação de capital acima do bem-estar coletivo. A criminalização das áreas verdes periféricas, a falta de manutenção, a violência policial e a privatização dos espaços públicos são todas formas de garantir que a cidade continue a servir os interesses da classe dominante, enquanto marginaliza e explora as populações negras e periféricas. Essa estrutura de opressão é parte integrante da formação do território do Distrito Federal e continua a moldar a vida de seus habitantes, perpetuando um ciclo de exclusão e violência que precisa ser urgentemente enfrentado.

Portanto, é fundamental reconhecer que a luta pelo direito à cidade e ao meio ambiente não é apenas uma questão ambiental, mas também uma luta contra o racismo e a desigualdade estrutural. As populações periféricas do Distrito Federal têm o direito de acessar, usufruir e proteger os espaços verdes, e essa reivindicação deve ser central em qualquer projeto de justiça social e ambiental. A transformação dessa realidade exige uma mudança radical nas políticas públicas e uma reorganização do espaço urbano que priorize o bem-estar de todos os habitantes, independentemente de sua classe, cor ou local de residência. Somente assim será possível construir uma cidade verdadeiramente justa, onde todos possam viver com dignidade e em harmonia com o meio ambiente.

3.4.3 A autonomia das cidades-satélites

A questão da autonomia das cidades-satélites no Distrito Federal abrange várias dimensões, como a mobilidade urbana, a economia local e as dinâmicas sociais. Originalmente criadas como áreas periféricas ao Plano Piloto de Brasília, essas localidades têm enfrentado dificuldades relacionadas à infraestrutura e à oferta de serviços, comprometendo a qualidade de vida de seus moradores. A mobilidade urbana se destaca como um dos principais desafios, visto que grande parte da população das cidades-satélites necessita se deslocar diariamente até o

Plano Piloto, onde estão concentradas as principais ofertas de emprego e serviços (Carvalho, 2008). Essa dependência ressalta a urgência de um planejamento urbano mais adequado que leve em consideração as particularidades dessas regiões.

No campo econômico, as cidades-satélites são frequentemente caracterizadas por altos níveis de informalidade e por atividades econômicas de baixo impacto a longo prazo. A literatura aponta que a escassez de investimentos em infraestrutura e serviços públicos agrava a exclusão econômica dessas áreas, perpetuando ciclos de pobreza e marginalização (Duzinski; Carmona, 2024; Pinheiro *et al.*, 2023). A expansão urbana fragmentada dessas regiões também cria barreiras à implementação de políticas públicas eficazes, comprometendo iniciativas de inclusão e equidade (Jacob; Drummond, Barreto, 2021).

Outro fator importante é a relação das cidades-satélites com o governo central do Distrito Federal, que muitas vezes não considera as necessidades específicas dessas áreas na elaboração e execução de políticas públicas. Isso resulta em uma desconexão entre as expectativas dos moradores e as ações do governo (Derntl, 2020b). A ausência de um planejamento integrado que contemple aspectos como mobilidade, saúde, educação e segurança pública prejudica a autonomia que os cidadãos das cidades-satélites almejam (Nocko *et al.*, 2017).

Por fim, é fundamental reconhecer a riqueza cultural e social presente nas cidades-satélites, que refletem a diversidade de seus habitantes. Manifestações culturais, como a música e as festividades, desempenham um papel crucial na construção da identidade dessas comunidades e podem ser um elemento essencial na busca por maior autonomia (Distrito Federal, 2022; Freire *et al.*, 2022). Assim, para que as cidades-satélites do Distrito Federal possam conquistar uma autonomia verdadeira, é necessário fortalecer a infraestrutura local, promover políticas públicas inclusivas e valorizar a diversidade cultural dessas regiões.

3.4.4 A Região Administrativa

O Distrito Federal, que abriga a capital do Brasil, Brasília, é dividido em 31 RAs, conhecidas também como cidades-satélites. Essas regiões desempenham um papel fundamental na organização territorial e na administração pública do Distrito Federal. A estrutura administrativa atual reflete a história de urbanização e as políticas públicas implementadas ao longo dos anos.

A urbanização no Distrito Federal foi marcada por um crescimento populacional acelerado e uma pressão contínua por moradia, levando à expansão das RAs em torno da capital. Esse fenômeno foi impulsionado por fluxos migratórios e por políticas de distribuição de lotes do governo, que transformaram a terra pública em um recurso politicamente estratégico (Aguiar; Baptista, 2023). A criação de novas RAs atende diretamente à demanda por habitação, evidenciando a dinâmica social e econômica da região.

processo de urbanização nas Regiões Administrativas (RAs) do Brasil traz à tona desafios significativos relacionados à infraestrutura e aos serviços públicos. A análise dos serviços de saúde nessas regiões destaca a importância de sistemas de informação eficientes, como o Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde (CNES). O CNES é fundamental para o planejamento e a avaliação dos serviços de saúde, permitindo que gestores identifiquem lacunas na oferta de serviços e melhorem a alocação de recursos (Valentim et al., 2022).

A desigualdade social e econômica também afeta as RAs, evidenciando a segregação urbana. Há uma concentração de empregos na Região Administrativa I (RA I), enquanto as habitações são mais procuradas em áreas distantes do centro, exacerbando as disparidades socioeconômicas (Romero *et al.*, 2019). Esse cenário exige uma reflexão crítica sobre as políticas públicas e a gestão urbana, com o objetivo de promover uma distribuição mais justa dos recursos e das oportunidades.

No campo da educação, iniciativas como o Programa de Descentralização Administrativa e Financeira (PDAF) foram implementadas para aprimorar a gestão das escolas públicas e garantir uma educação de qualidade em todas as RAs (Alencar, 2024). A presença de profissionais especializados, como pedagogos e psicólogos, é fundamental para atender às necessidades educacionais específicas de cada região (Sousa; Pereira; Santos, 2022).

4 CONCLUSÃO

Com base nos dados apresentados e analisados, é possível concluir que o racismo socioambiental desempenha um papel central na perpetuação da exclusão social e segregação espacial nas periferias urbanas de Brasília, especialmente nas cidades-satélites. O estudo confirmou que as populações racializadas e de baixa renda, muitas vezes deslocadas para essas regiões, enfrentam precariedade na infraestrutura, acesso limitado a áreas verdes e serviços públicos deficitários. Essa realidade reflete não apenas desigualdades históricas, mas também a manutenção de um sistema de segregação que favorece as elites localizadas no Plano Piloto, em detrimento das classes trabalhadoras que habitam as periferias.

A pergunta-problema foi respondida de maneira satisfatória ao demonstrar como o racismo socioambiental influencia diretamente a exclusão social dessas populações. Os objetivos específicos foram contemplados ao longo do estudo: primeiro, a investigação dos processos históricos de formação das cidades-satélites evidenciou o papel do racismo estrutural e socioambiental; segundo, a avaliação das condições de vida nas periferias, comparada ao Plano Piloto, revelou disparidades significativas em termos de infraestrutura e acesso a serviços; e, por fim, as formas de resistência e organização social das comunidades periféricas foram identificadas, mostrando que essas populações lutam para superar as barreiras impostas pela segregação espacial.

Para trabalhos futuros, sugere-se aprofundar a análise em outras cidades-satélites que apresentam dinâmicas similares, explorando como o racismo socioambiental se manifesta em diferentes contextos urbanos. Além disso, seria valioso investigar políticas públicas recentes voltadas para a inclusão social e ambiental nas periferias, avaliando sua eficácia na redução das desigualdades estruturais. Isso permitirá não apenas uma compreensão mais ampla do problema, mas também a proposição de soluções mais assertivas e adaptadas às realidades locais.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Briza da Silva; BAPTISTA, Gustavo Macedo de Mello. Aplicação de aprendizado de máquina para análise do crescimento urbano: o caso das regiões administrativas Ceilândia e Pôr do Sol no Distrito Federal. **R. Bras. Geom.**, Curitiba, v. 11, n. 2, p. 465-487, abr./jun. 2023. DOI: <https://doi.org/10.3895/rbgeo.v11n2.15936>. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/rbgeo/article/view/15936/9806>. Acesso em: 1º set. 2024.
- ALENCAR, João. Programa de Descentralização Administrativa e Financeira – PDAF: um instrumento para a gestão democrática do ensino no Distrito Federal. **Revista Educar Mais**, [s. l.], v. 8, p. 262-279, 2024. e-ISSN 2237-9185. DOI: <https://doi.org/10.15536/reducarmais.8.2024.3689>. Disponível em: <https://periodicos.ifsul.edu.br/index.php/educarmais/article/view/3689/2389>. Acesso em: 1º set. 2024.
- ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019. 264 p. ISBN 9788598349756.
- ALVES, Felipe Arthur Cordeiro; CÔRTEZ, Gisele Rocha. Raízes do epistemicídio negro: análise da produção científica do ENANCIB (1994-2019). **Em Questão**, Porto Alegre, v. 29, p. 1-27, 2023. E-ISSN 1808-5245. DOI: <https://doi.org/10.1590/1808-5245.29.124693>.
- ALVES, Hayda Josiane; SOARES, Maria Raimunda Penha; COSTA, Rute Ramos da Silva; SANTOS, Letícia de Assis. Saúde da família, territórios quilombolas e a defesa da vida. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 21, p. 1-17, 2023. e-ISSN: 1981-7746. DOI: <https://doi.org/10.1590/1981-7746-ojs2209>.
- ÂNGELO, Cristina Aparecida Pimenta dos Santos; ARRUDA, Dyego de Oliveira. As marcas do racismo institucional na trajetória de trabalhadoras negras em uma Universidade Federal. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, v. 146, n. 1, p. 97-117, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.305>.
- ARAÚJO FILHO, Patrício Moreira de; ALMEIDA, Will Ribamar Mendes; MARTINS, Ernane Rosa; NERES, Raimundo Luna; BASTOS FILHO, Othon Carvalho (Orgs.). **Educação 5.0**. São Luís: Pascal, 2024. v. 5. 156 f. ISBN 9786560680661. DOI: <https://doi.org/10.29327/5407553>.
- ASSREUY, Patricia Martins; MEDEIROS, Valério Augusto Soares de. A irregularidade na regularidade: padrões de crescimento urbano nas cidades-satélites de Brasília: o caso de Sobradinho II. **QRU: Quaderns de Recerca en Urbanisme**, n. 12, p. 97-110, dez. 2021. ISSN 2385-6777. DOI: <https://doi.org/10.5821/qr.10988>. Disponível em: <https://upcommons.upc.edu/bitstream/handle/2117/361082/QRU%2012M%2096-111.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 1º set. 2024.
- AZEVEDO, Veruska Cavalcante; LEMES, Fernando Lobo. “Tive, então, a visão do que deveria ser feito. Rasgaria um cruzeiro de estradas, demandando os quatro pontos cardeais tendo por base Brasília” – Estratégias do Estado e o domínio do território no Brasil: a conquista do Centro-Oeste. **Revista Territorial**, Cidade de Goiás, GO, v. 12, n. 1, p. 207-230, 2023. DOI: <https://doi.org/10.31668/rt.v12i01.13724>.

BARROS, Leonardo Barbosa. Racismo no Brasil: teorias raciais e as heranças da escravidão no Brasil. **Em Favor de Igualdade Racial**, Rio Branco, v. 5, n. 3, p. 49-60, set./dez. 2022. ISSN 2595-4911. DOI: <https://doi.org/10.29327/269579.5.3-5>. Disponível em: <https://periodicos.ufac.br/index.php/RFIR/article/view/6155/3896>. Acesso em: 1º set. 2024.

BARTHOLO, Tiago Lisboa; KOSLINSKI, Mariane Campelo; ANDRADE, Felipe Macedo de; CASTRO, Daniel Lopes de. Segregação escolar e desigualdades educacionais no início da escolarização no Brasil. **REICE. Revista Iberoamericana sobre Calidad Eficacia y Cambio en Educación**, [s. l.], v. 18, n. 4, p. 57-76, 2020. DOI: <https://doi.org/10.15366/reice2020.18.4.003>. Disponível em: <https://revistas.uam.es/reice/article/view/12788/12551>. Acesso em: 1º set. 2024.

BASTOS FILHO, R. A.; PINTO, N. M. A.; FIÚZA, A. L. de C.; REZENDE, D. F. de A. Efeito da atuação do poder público municipal sobre as condições de vida das famílias em regiões periféricas e central da cidade de Viçosa (MG). **Holos**, [s. l.], ano 36, v. 1, p. 1-15, 2020. ISSN 1807-1600. DOI: <https://doi.org/10.15628/holos.2020.8849>. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/8849/pdf>. Acesso em: 1º set. 2024.

BEZERRA NETO, José Maia; LAURINDO JUNIOR, Luiz Carlos. Alguns vêm de lá, outros de cá: a Amazônia no tráfico interno brasileiro de escravos (século XIX). **História**, São Paulo, v. 37, p. 1-30, 2018. ISSN 1980-4369. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1980-4369e2018021>.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (de 24 de fevereiro de 1891)**. Rio de Janeiro, 1891. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao91.htm. Acesso em: 1º set. 2024.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 1º set. 2024.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 3.353, de 13 de maio de 1888**. Declara extinta a escravidão no Brasil. Rio de Janeiro, 1888. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim3353.htm#:~:text=LIM3353&text=LEI%20N%C2%BA%203.353%2C%20DE%2013,o%20Imperador%2C%20o%20Senhor%20D. Acesso em: 1º set. 2024.

BUENO, Mariana Pimenta. A quem pertence a universalidade? O patrimônio e o museu à luz da teoria pós-colonial. **Rev. Conj. Aust.**, Porto Alegre, v. 12, n. 59, p. 61-72, jul./set. 2021. ISSN 2178-8839. DOI: <https://doi.org/10.22456/2178-8839.113893>. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/ConjunturaAustral/article/view/113893/64280>. Acesso em: 1º set. 2024.

CARMONA, Paulo Afonso Cavichioli; COELHO, Juliana Machado; OLIVEIRA, Tatiana Reinehr; AMARAL, Rubens. Habitação de interesse social no Plano Piloto: operações urbanas consorciadas como resposta à segregação espacial no DF. **Rev. Dir. Cid.**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 3, p. 1707-1729, 2022. ISSN 2317-7721. DOI: <https://doi.org/10.12957/rdc.2022.5714>.

CARVALHO, Diego Lourenço. **Mobilidade urbana e cidadania no Distrito Federal: um estudo do programa Brasília Integrada**. Orientadora: Maria Salete Kern Machado. 2008. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Departamento de Sociologia, Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2008. Disponível em: http://www.realp.unb.br/jspui/bitstream/10482/1052/1/DISSERTACAO_2008_DiegoLourencoCarvalho.pdf. Acesso em: 1º set. 2024.

CIARALLO, Gilson. Jorge Benci e a justificação da morte social do indivíduo escravizado no Brasil colonial. **Missões: Revista de Ciências Humanas e Sociais**, [s. l.], v. 9, n. 3, p. 36-51, set./dez. 2023. ISSN 2447-0244. DOI: <https://doi.org/10.62236/missoes.v9i3.182>. Disponível em: <https://revistamissoeschs.com.br/missoes/article/view/182/248>. Acesso em: 1º set. 2024.

COCKELL, Fernanda Flávia; PERTICARRARI, Daniel. Contratos de boca: a institucionalização da precariedade na construção civil. **Caderno CRH**, Salvador, v. 23, n. 60, p. 633-653, set./dez. 2010. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-49792010000300013>.

COSTA, Cayo; LEE, S. The evolution of urban spatial structure in Brasília: focusing on the role of urban development policies. **Sustainability**, [s. l.], v. 11, n. 2, p. 1-21, 2019. DOI: <https://doi.org/10.3390/su11020553>. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/330539181_The_Evolution_of_Urban_Spatial_Structure_in_Brasilia_Focusing_on_the_Role_of_Urban_Development_Policies. Acesso em: 1º set. 2024.

DEBBASH, Charles. Os modos não formais de expressão da vontade da Administração. **Revista do Serviço Público**, [s. l.], v. 102, n. 1, p. 86-97, 1969. DOI: <https://doi.org/10.21874/rsp.v0i1.2679>. Disponível em: <https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/2679/1513>. Acesso em: 1º set. 2024.

DERNTL, Maria Fernanda. Brasília e seu território: a assimilação de princípios do planejamento inglês aos planos iniciais de cidades-satélites. **Cad. Metrp.**, São Paulo, v. 22, n. 47, p. 123-146, jan./abr. 2020a. DOI: <https://doi.org/10.1590/2236-9996.2020-4706>.

DERNTL, Maria Fernanda. Brasília e suas unidades rurais: planos e projetos para o território do Distrito Federal entre fins da década de 1950 e início da década de 1960. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v. 28, p., 1-32, 2020b. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-02672020v28e30>.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Economia. Companhia de Planejamento do Distrito Federal. **Projeções populacionais para as Regiões Administrativas do Distrito Federal 2020-2030 – Resultados**. Brasília, DF: Companhia de Planejamento do Distrito Federal, 2022.

DOURADO, Nathan Pereira. A insustentabilidade do desenvolvimento sustentável no âmbito da sociedade capitalista contemporânea. **Diversitas Journal**, Santana do Ipanema, AL, v. 6, n. 2, p. 2668-2680, abr./jun. 2021. ISSN 2525-5215. DOI: <https://doi.org/10.17648/diversitas-journal-v6i2-1804>. Disponível em:

https://diversitasjournal.com.br/diversitas_journal/article/view/1804/1418. Acesso em: 1º set. 2024.

DUZSINSKI, Rodrigo; CARMONA, Paulo Afonso Cavichioli. Brasília e sustentabilidade – O desafio das ocupações informais frente aos objetivos de desenvolvimento sustentável da Agenda 2030. **Revista Foco**, Curitiba, v. 17, n. 3, p. 1-21, 2024. e-ISSN 1981-223X. DOI: <https://doi.org/10.54751/revistafoco.v17n3-038>. Disponível em:

<https://ojs.focopublicacoes.com.br/foco/article/view/4576/3262>. Acesso em: 1º set. 2024.

FAIRUS, Mohd; ZAIRUL, Mohd. Identifying design trends in mass housing development. **International Journal of Academic Research in Business and Social Sciences**, [s. l.], v. 13, n. 8, p. 595-617, 2023. DOI: <https://doi.org/10.6007/IJARBS/v13-i8/18056>. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/373206320_Identifying_Design_Trends_in_Mass_Housing_Development. Acesso em: 1º set. 2024.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Tradução: Enilce Rocha e Lucy Magalhães. Juiz de Fora, MG: Editora da UFJF, 2005.

FANON, Frantz. **The wretched of the Earth**. Prefácio: Jean-Paul Sartre. Tradução: Constance Farrington. Nova York: Grove Press, 1968.

FERNANDEZ, Fernando Negret; OLIVEIRA, Guilherme Resende. Brasília, entre as desigualdades e a exclusão social. **Baru**, Goiânia, v. 6, n. 1, p. 1-18, 2020. DOI:

<https://doi.org/10.18224/baru.v6i1.7674>. Disponível em:

<https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/baru/article/view/7674/4663>. Acesso em: 1º set. 2024.

FERRO, Carielle Cristina da Silva; OLIVEIRA, Rudson Silva; ANDRADE, Fernando Wallase Carvalho; SOUZA, Shayanna Mitri Amorim da Rocha. Inventário quali-quantitativo da arborização viária de um trecho da rodovia PA-275 no município de Parauapebas-PA. **REVSBAU**, Piracicaba, SP, v. 10, n. 3, p. 73-84, 2015. DOI:

<https://doi.org/10.5380/revsbau.v10i3.63071>.

FONSECA, Claudia. Deslocando o gene: o DNA entre outras tecnologias de identificação familiar. **Mana**, [s. l.], v. 22, n. 1, p. 133-156, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1590/0104-93132016v22n1p133>.

FONTES, Leonardo de Oliveira. Violência, trabalho e periferia: conflitos morais e convívios nas fronteiras entre dois mundos. **Caderno CRH**, Salvador, v. 35, p. 1-19, 2022. DOI:

<https://doi.org/10.9771/ccrh.v35i0.35924>. Disponível em:

<https://periodicos.ufba.br/index.php/crh/article/view/35924/28124>. Acesso em: 1º set. 2024.

FREIRE, Fátima de Souza; OLIVEIRA, Luiz Guilherme de; NASCIMENTO JUNIOR, Antônio; SILVA, Nilton Oliveira da; CRISPIM, Fernanda Pimentel. Cidade inteligente: diagnóstico dos aspectos econômicos e da força produtiva do Distrito Federal. **Rev. Gest. Amb. e Sust. – GeAS**, v. 11, n. 1, p. 1-30, 2022. e-ISSN: 2316-9834. DOI:

<https://doi.org/10.5585/geas.v1i1.20383>. Disponível em:
<https://periodicos.uninove.br/geas/article/view/20383/9925>. Acesso em: 1º set. 2024.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. Apresentação: Fernando Henrique Cardoso. 48. ed. rev. São Paulo: Global, 2003. (Introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil, n. 1).

GARRETO, Gairo; BAPTISTA, João Santos; MOTA, Antônia; VAZ, Mário. Modern slavery characterisation through the analysis of energy replenishment. **Social Sciences**, [s. l.], v. 10, n. 8, p. 1-13, ago. 2021.

GOMES, Julia Dias; MELLO, Marcia Maria Couto. Efeitos da dinâmica socioeconômica e a segregação socioespacial em Salvador, Bahia. **Baru**, Goiânia, v. 9, p. 1-22, 2022. DOI: <https://doi.org/10.18224/baru.v9i1.12745>. Disponível em: <https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/baru/article/view/12745/6184>. Acesso em: 1º set. 2024.

GUIMARÃES, Maria Clariça Ribeiro. Os movimentos sociais e a luta pelo direito à cidade no Brasil contemporâneo. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 124, p. 721-745, out./dez. 2015. DOI: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.048>.

IMASATO, Takeyoshi; VÉRAS, Marcelo Lima. Brasília e modernidade: um ensaio sobre o processo de produção da capital brasileira. **Gestão e Sociedade**, Belo Horizonte, v. 6, n. 15, p. 335-259, set./dez. 2012. ISSN 1980-5756. DOI: <https://doi.org/10.21171/ges.v6i15.1614>. Disponível em: <https://ges.face.ufmg.br/index.php/gestaoesociedade/article/view/1614/1022>. Acesso em: 1º set. 2024.

JACOB, Priscila Pimentel; DRUMMOND, José Augusto; BARRETO, Cristiane Gomes. A contribuição do espraiamento urbano de Brasília para a fragmentação da paisagem de Cerrado ao redor da cidade. **Urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana**, [s. l.], v. 13, p. 1-14, 2021. ISSN 2175-3369. DOI: <https://doi.org/10.1590/2175-3369.013.e20200420>.

LANCELOTTI, Ana Carolina de Oliveira; GUINANCIO, Cristiane. A política urbana do Distrito Federal: um resgate historiográfico da relação entre ocupação territorial e desigualdades socioespaciais. **Paranoá Cadernos de Arquitetura e Urbanismo**, [s. l.], n. 33, p. 1-22, jul./dez. 2022. DOI: <http://doi.org/10.18830/issn.1679-0944.n33.2022.19>.

LEBARON, Genevieve. Unfree labour beyond binaries: insecurity, social hierarchy and labour market restructuring. **International Feminist Journal of Politics**, [s. l.], v. 17, n. 1, p. 1-19, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1080/14616742.2013.813160>.

LEVY, John M. **Contemporary urban planning**. 11 ed. [S. l.]: Routledge, 2016. 476 p. ISBN-10: 9781138666382. ISBN-13: 978-1138666382.

LEWIS, Hannah; DWYER, Peter; HODKINSON, Stuart; WAITE, Louise. Hyper-precarious lives: migrants, work and forced labour in the Global North. **Progress in Human Geography**, [s. l.], v. 39, n. 5, p. 580-600, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1177/0309132514548303>. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.1177/0309132514548303>. Acesso em: 1º set. 2024.

LUCE, Mathias Seibel. Brasil: nova classe média ou novas formas de superexploração da classe trabalhadora?. **Trab. Educ. Saúde**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 169-190, jan./abr. 2013. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1981-77462013000100010>.

MADEIRA, Maria Zelma de Araújo. Política de igualdade racial na realidade cearense. **Revista Em Pauta**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 45, p. 148-164, 2020.

MALAQUIAS, Thaysa; BRANDÃO, Claudio Comas. Françoise Choay e a revisão crítica da narrativa canônica de Brasília sob a ótica das mulheres. **Paranoá Cadernos de Arquitetura e Urbanismo**, [s. l.], v. 16, n. 35, p. 1-24, ago./dez. 2023. DOI: <https://doi.org/10.18830/1679-09442023v16e47909>. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/paranoa/article/view/47909/39969>. Acesso em: 1º set. 2024.

MARQUES, Lusinaide Cordeiro de Sales Lima; MARTINS, Celiomar Emídio; PEREIRA, Uhênia Caetano; DUARTE, Marlon Cristhian Bellé; ANJOS, Maria Margareth de Sousa dos. Identidade quilombola: trajetória de um conceito. **RELAcult – Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade**, v. 5, n. 2, p. 1-13, abr./ago. 2019. e-ISSN 2525-7870. DOI: <https://doi.org/10.23899/relacult.v5i2.1587>. Disponível em: <https://periodicos.claec.org/index.php/relacult/article/view/1587/1099>. Acesso em: 1º set. 2024.

MARTINS, Paula Dieb; MAIA, Doralice Sátyro. Produção do espaço e estruturação da cidade: o bairro do Altiplano Cabo Branco “nobre” em João Pessoa-PB. **Espaço Aberto**, PPGG-UFRJ, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 137-155, 2017. ISSN 2237-3071. DOI: <https://doi.org/10.36403/espacoaberto.2017.13026>.

MIALHE, Jorge Luís; SOFFNER, Renato Kraide. Ensaio sobre os fundamentos pedagógicos do método educativo de João Melchior Bosco (Dom Bosco). **Série-Estudos**, Campo Grande, v. 26, n. 57, p. 59-80, maio/ago. 2021. DOI: <https://doi.org/10.20435/serie-estudos.v26i57.1512>. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/sest/v26n57/1414-5138-sest-26-57-0059.pdf>. Acesso em: 1º set. 2024.

MONTEIRO, M.; AGUIAR, V. Práticas segregacionistas em pequenos territórios: o caso de Iepêsp. **Colloquium Socialis**, [s. l.], v. 2, n. esp. 2, p. 712-718, 2018.

MOURA, Clóvis. **O negro: de bom escravo a mau cidadão?**. [S. l.]: Conquista, 1977. 215 p.

MOURA, Clóvis. **Quilombos: resistência ao escravismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2020. 136 p. (Coleção Realidade Brasileira). ISBN 9786558910015.

MOURA, Flávia de Alemida; FERREIRA JÚNIOR, José; SANTOS, Jeyciane Elizabeth Sá. Trabalho escravo contemporâneo e mídia: da institucionalização do tema ao cenário de retrocesso. **Revista Brasileira de História da Mídia**, São Paulo, v. 11, n. 1, p. 182-199, jan./jun. 2022. ISSN 2238-5126. DOI: <https://doi.org/10.26664/issn.2238-5126.111202212879>. Disponível em: <https://revistas.ufpi.br/index.php/rbhm/article/view/12879/8306>. Acesso em: 1º set. 2024.

NOCKO, Larissa Maria; ARAÚJO, Luiz Rubens Câmara de; SANTOS, Evandro Manzano dos; GOMES, Gunther Siqueira Lemos. **Levantamento do perfil comercial do Distrito Federal baseado nas notas fiscais eletrônicas**. Brasília, DF: Companhia de Planejamento do Distrito Federal, 2017. ISSN 2446-7502. (Texto para Discussão, n. 27).

NUNES, Leonardo Dias. As principais dimensões da noção de progresso de JK. **História Econômica & História de Empresas**, [s. l.], v. 25, n. 2, p. 413-445, maio/ago. 2022. DOI: <https://doi.org/10.29182/hehe.v25i2.766>.

OLIVEIRA, Reinaldo José de; OLIVEIRA, Regina Marques de Souza; VARGAS, João Helion Costa. Estado da arte nos estudos e pesquisas sobre cidades, urbanização e relações étnico-raciais, e enunciados sobre o dossiê cidades negras no Brasil e nas Américas. **Latitude**, [s. l.], v. 17, n. 1, p. 5-29, jan./jul. 2023. ISSN 2179-5428. DOI: <https://doi.org/10.28998/lte.2023.n.1.15795>. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/latitude/article/view/15795/10860>. Acesso em: 1º set. 2024.

PANIAGUA, Cleiseano Emanuel da Silva; SOARES, Anelise dos Santos Mendonça; SANTOS, Valdinei de Oliveira; PEREIRA, Marilene Aparecida Fernandes; SILVA, Geruza Hahn. Proposta de uma intervenção pedagógica para promover uma educação antirracista: da escravidão ao racismo institucional e estrutural no Brasil do século XXI. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v. 8, n. 1, p. 5511-5530, jan. 2022. DOI: <https://doi.org/10.34117/bjdv8n1-371>. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/43029/pdf>. Acesso em: 1º set. 2024.

PARRON, Tâmis. Escravidão e as fundações da ordem constitucional moderna: representação, cidadania, soberania, c. 1780-c. 1830. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 51, p. 699-740, set./dez. 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/topoi/a/qXxTzW7LCcdLXg6J7qnqVBL/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 1º set. 2024.

PAULA, Luana de; DUARTE, Matheus Sebastião Silva; TOSTES, Renata Barreto; OLIVEIRA JÚNIOR, Paulo Barreto de; RUBACK, Samuel de Souza. Arborização urbana do bairro Centro do município de Cataguases, MG. **Revista Agrogeoambiental**, Pouso Alegre, MG, v. 7, n. 2, p. 101-112, jun. 2015. DOI: <https://doi.org/10.18406/2316-1817v7n22015708>. Disponível em: <https://agrogeoambiental.ifsuldeminas.edu.br/index.php/Agrogeoambiental/article/view/708/640>. Acesso em: 1º set. 2024.

PINHEIRO, Thaís da Luz Fontoura; SILVA, Lenise David da; SANTOS, Carollyne Maragoni; OLIVEIRA, Gabriel Mutschal de; BORBA, Dalciomar Pimentel; ABBADE, Eduardo Botti. Associação entre etnia e sobrepeso/obesidade populacional no Brasil. **Medicina**, Ribeirão Preto, SP, v. 56, n. 1, p. 1-11, 2023. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2176-7262.rmrp.2023.198948>. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rmrp/article/view/198948/192742>. Acesso em: 1º set. 2024.

PRATT, Bridget. How should urban climate change planning advance social justice?. **Kennedy Institute of Ethics Journal**, [s. l.], v. 33, n. 1, p. 55-89, mar. 2023. Disponível em: <https://muse.jhu.edu/pub/1/article/899459/pdf>. Acesso em: 1º set. 2024.

RAMOS FILHO, Wilson. Neo-escravismo no Brasil contemporâneo: crime e castigo. **Revista da Faculdade de Direito – UFPR**, Curitiba, v. 48, p. 87-106, 2008.

REGO, Maria Aparecida de Almeida; SANTOS, Derivaldo dos. Rastros, memória e drama humano no romance Banguê. **Revista de Letras JUÇARA**, Caxias, MA, v. 6, n. 1, p. 356-372, jul. 2022. ISSN 2527-1024. DOI: <https://doi.org/10.18817/rlj.v6i1.2825>. Disponível em: <https://ppg.revistas.uema.br/index.php/jucara/article/view/2825/2056>. Acesso em: 1º set. 2024.

RIBEIRO, Matilde. **Políticas de Promoção da Igualdade Racial no Brasil (1986-2010)**. Rio de Janeiro: Garamond, 2014. 368 p.

RIVA, Léia Comar. Autoridade parental: direito de família e princípios constitucionais. **Revista da Faculdade de Direito – UFPR**, [s. l.], v. 61, n. 1, p. 273-295, jan./abr. 2016. DOI: <https://doi.org/10.5380/rfdufpr.v61i1.41896>.

ROBAINA, Igor Martins Medeiros; LÓPEZ, Gonzalo Andrés; CÁCERES, Carlos Hugo Soria. A segregação socioespacial no pensamento geográfico: tendências e perspectivas, rupturas e desafios. **Ateliê Geográfico**, Goiânia, v. 17, n. 1, p. 87-111, abr. 2023. ISSN 1982-1956. DOI: <https://doi.org/10.5216/ag.v17i1.74750>. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/atelie/article/view/74750/39919>. Acesso em: 1º set. 2024.

RODRÍGUEZ-POSE, Andrés; STORPER, Michael. Housing, urban growth and inequalities: the limits to deregulation and upzoning in reducing economic and spatial inequality. **Urban Studies**, [s. l.], v. 57, n. 2, p. 223-248, set. 2019. DOI: <https://doi.org/10.1177/0042098019859458>.

ROMERO, Marta Adriana Bustos; BAPTISTA, Gustavo Macedo de Mello; LIMA, Érondina Azevedo de; WERNECK, Daniela Rocha; VIANNA, Elen Oliveira; SALES, Gustavo de Luna. **Mudanças climáticas e ilhas de calor urbanas: Projeto Pesquisa intitulado “Estudos sobre a relação entre mudanças climáticas e Ilhas de calor urbanas em Brasília. Ênfase na configuração urbana e na avaliação da sustentabilidade e desempenho ambiental”** financiado pela Fundação de Apoio a Pesquisa do Distrito Federal – FAP-DF pelo edital 06/2017. Brasília: Universidade de Brasília: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo: ETB, 2019. 151 p. ISBN 9788567405254. DOI: <https://doi.org/10.18830/ISBN.978-85-67405-25-4>.

SANDOVAL, Liz da Costa; REZENDE, Rogério; CRUZ, Luciana Sabóia Fonseca. Brasília contemporânea: ambiguidades e contradições da cidade vistas pelas lentes do cinema. **ARS**, [s. l.], ano 18, n. 19, p. 201-223, 2020. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2178-0447.ars.2020.163780>. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ars/article/view/163780/163195>. Acesso em: 1º set. 2024.

SANTOS JÚNIOR, Marcos Borges dos. Reflexões acerca da Lei 10.639/03: entre o sujeito e a educação. **Revista Interinstitucional Artes de Educar**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p. 348-363, maio/ago. 2023. e-ISSN: 2359-6856. DOI: <https://doi.org/10.12957/rjae.2023.71487>. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/riae/article/view/71487/47954>. Acesso em: 1º set. 2024.

SHIMIZU, Helena Eri; SANTOS, Leonor Maria Pacheco; SANCHEZ, Mauro Niskier; HONE, Thomas; MILLETT, Christopher; HARRIS, Matthew. Challenges facing the More Doctors Program (Programa Mais Médicos) in vulnerable and peri-urban areas in Greater Brasília, Brazil. **Hum. Resour. Health**, [s. l.], v. 19, n. 134, p. 1-8, 2021. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/355825625_Challenges_facing_the_More_Doctors_program_Programa_Mais_Medicos_in_vulnerable_and_peri-urban_areas_in_Greater_Brasilia_Brazil. Acesso em: 1º set. 2024.

SILVA, Ana Paula Procopio da. Resistências negras e amefricanidade: diálogos entre Clóvis Moura e Lélia Gonzalez para o debate antirracista das relações de classe na América Latina. **Revista Fim do Mundo**, [s. l.], n. 4, p. 42-59, jan./abr. 2021. DOI: <https://doi.org/10.36311/2675-3871.2021.v2n4.p42-59>. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/RFM/article/view/11677/10295>. Acesso em: 1º set. 2024.

SILVA, Kalina Vanderlei. Fidalgos, capitães e senhores de engenho: o Humanismo, o Barroco e o diálogo cultural entre Castela e a sociedade açucareira (Pernambuco, séculos XVI e XVII). **Varia História**, Belo Horizonte, v. 28, n. 47, p. 235-257, jan./jun. 2012. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-87752012000100011>.

SILVA, Kayo Rodrigo Santiago da; SOUZA, Pedro Ramon Pinheiro de. Movimentos sociais negros: história de resistência. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v. 9, n. 5, p. 17772-17782, maio 2023. ISSN 2525-8761. DOI: <https://doi.org/10.34117/bjdv9n5-219>. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/60037/43384>. Acesso em: 1º set. 2024.

SILVA, Luciano Pereira da; OLIVEIRA, Ivanilton José de; GOMES, C. A Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – RIDE/DF e sua (des) organização social, espacial e econômica. **Ateliê Geográfico**, Goiânia, v. 17, n. 1, p. 169-190, abr. 2023. ISSN 1982-1956. DOI: <https://doi.org/10.5216/ag.v17i1.74605>. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/ateli/article/view/74605/39924>. Acesso em: 1º set. 2024.

SILVA, Lyn; VENDRAMINI, Célia Regina. Migração, trabalho e experiência na ocupação Contestado, em São José/SC. **Trabalho Necessário**, [s. l.], v. 20, n. 43, p. 1-28, set./dez. 2022. ISSN 1808-799X. DOI: <https://doi.org/10.22409/tn.v20i43.54919>. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/54919/33250>. Acesso em: 1º set. 2024.

SOUSA, Bruna Louredo de; PEREIRA, Francisca Amanda Silva Feitoza; SANTOS, Ana Cristina de Castro Pereira. Análise da importância de um restaurante comunitário do Distrito Federal para a diminuição da insegurança alimentar de usuários durante a pandemia de COVID-19. **Research, Society and Development**, [s. l.], v. 11, n. 8, 2022. ISSN 2525-3409. DOI: <http://doi.org/10.33448/rsd-v11i8.31417>. Acesso em: 1º set. 2024.

SOUSA, Maria Solange Melo de; LUZ NETO, Daniel Rodrigues Silva; SILVA, Juanice Pereira Santos. Adversidades do trabalho docente em home office no período da pandemia: uma análise da educação pública no Distrito Federal. **Rev. Cadernos de Campo**, Araraquara, SP, n. 32, p. 307-324, jan./jun. 2022. e-ISSN 2359-2419. DOI: <http://doi.org/10.47284/2359->

2419.2022.32.307324. Disponível em:
<https://periodicos.fclar.unesp.br/cadernos/article/view/15512/14469>

TAKAHASHI, Mara Alice Batista Conti; SILVA, Reginalice Cera da; LACORTE, Luiz Eduardo Cobra; CEVERNY, Gislaine Cecília de Oliveira; VILELA, Rodolfo Andrade Gouveia. Precarização do trabalho e risco de acidentes na construção civil: um estudo com base na análise coletiva do trabalho (ACT). **Saúde Soc.**, São Paulo, v. 21, n. 4, p. 976-988, 2012. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902012000400015>.

TAKAKI, Katsumi Taís; ANTLOGA, Carla Sabrina Xavier. Capitalismo e trabalho: relações de precarização na pós-modernidade. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 27, n. 1, p. 112-125, abr. 2021. DOI: <https://doi.org/10.5752/P.1678-9563.2021v27n1p112-125>.

Disponível em:

<https://periodicos.pucminas.br/index.php/psicologiaemrevista/article/view/19880/19935>.

Acesso em: 1º set. 2024.

VALENTIM, Ricardo A. M.; OLIVEIRA, Carlos A. P. de; OLIVEIRA, Eloiza S. G.; RIBEIRO, Eduardo L.; COSTA, Soneide M. da; MORAIS, Ione R. D.; FERNANDES, Felipe R. dos S.; CAITANO, Alexandre R.; GUSMÃO, Cristine M. G.; CUNHA-OLIVEIRA, Aliete; RÊGO, Maria C. F. D.; COUTINHO, Karilany D.; BARROS, Daniele M. S.; CECCIM, Ricardo B. Virtual learning environment of the Brazilian health system (avasus): efficiency of results, impacts, and contributions. **Front. Med.**, [s. l.], v. 9, p. 1-11, jun. 2022. DOI: <https://doi.org/fmed.2022.896208>. Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/361025698_Virtual_Learning_Environment_of_the_Brazilian_Health_System_AVASUS_Efficiency_of_Results_Impacts_and_Contributions.

Acesso em: 1º set. 2024.

VIANA, E.; RABINOVICH, R. Brasília, epopeia do povo brasileiro: uma reflexão constitucional. **Revista de Estudos e Pesquisas Avançadas do Terceiro Setor**, [s. l.], v. 5, n. 2, p. 781, 2019.